

Quem disse ?

«Tem-se verificado nos últimos tempos, nomeadamente a propósito da reforma fiscal e da reforma da administração pública, que se mantêm sitiados na sociedade portuguesa grupos de interesses e lobbies que resistem à mudança e à modernidade»

Manuel dos Santos
Diário de Notícias, 18 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Nº1097 • 22 FEVEREIRO 2001 • SEMANAL • 100\$ - 0,5€

ACÇÃO SOCIALISTA

Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

REUNIÃO CONJUNTA

da **Comissão Política Nacional** e do **Secretariado Nacional** com os **presidentes de Federação** e o **Grupo Parlamentar**

1 de Março, 21.30 horas
Sede nacional - Largo do Rato

Ordem de trabalhos: revisão constitucional extraordinária e análise da situação política

Combate ao crime

Guterres afirma Segurança é preocupação de todos

O Governo está a aumentar a eficácia dos meios de segurança para o combate e prevenção da criminalidade. A garantia foi dada, no dia 21, pelo primeiro-ministro, António Guterres.

«Penso que esta é uma preocupação de todos nós e seguramente que ela será partilhada no Parlamento por todas as forças políticas», disse Guterres, em Loures, pouco antes do início de uma interpelação do PP ao Governo na Assembleia da República centrada no tema da segurança e criminalidade.

«Há uma preocupação muito séria de mobilizar os meios existentes para uma maior eficácia, não apenas nos aspectos de prevenção como no combate à criminalidade», afirmou ainda.

O Executivo tem vindo a desenvolver acções visando responder «às preocupações que genuinamente existem na população em matéria de segurança, não apenas no que toca às que estão a ser realizada em 41 bairros problemáticos», mas também na libertação de muitos elementos das forças de segurança de tarefas administrativas para poderem estar mais disponíveis, assegurou António Guterres.

O mesmo se passa com o reforço da acção da GNR a cavalo em certas zonas e com a intensificação da utilização dos corpos de intervenção em actividades de segurança pública em «zonas particularmente relevantes», explicou.

Além disso, o Governo está a procurar «dar uma resposta cabal às preocupações que nasceram na comunidade universitária em relação a certos locais das grandes cidades que são potencialmente locais de maior risco», acrescentou.

Guterres apresenta moção ao Congresso

FIDELIDADE AOS VALORES E PRINCÍPIOS DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO



«Uma das marcas essenciais do socialismo democrático é o Estado do Bem-Estar (Estado-Providência). Defendemos a universalidade dos direitos sociais e a diferenciação positiva, apoiando mais intensamente os mais carenciados»

António Guterres

A moção de estratégia apresentada no dia 16 pelo camarada António Guterres reafirma que «o PS é um partido de valores», sublinhando que para os socialistas «o exercício do poder só tem sentido como concretização, em cada momento, dos princípios e valores em que sempre assentou o socialismo democrático e a social-democracia, numa síntese fecunda entre liberdade, igualdade e fraternidade».

Sociedade & País

Listas de espera Hospitais cumpridores «premiados» com 500 mil contos



A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, anunciou, no dia 20, em Santarém, que os 16 hospitais que melhor cumpriram o programa para redução das listas de espera vão receber 500 mil contos para aquisição de equipamento. Num balanço do Programa de Promoção do Acesso (PPA) relativo ao ano 2000, que Manuela Arcanjo classificou como «um êxito», a governante destacou os 11 hospitais que tiveram uma elevada taxa de realização e um elevado número de cirurgias.

Suplemento XII Congresso do Partido Socialista



PS - uma aposta de futuro Um PS aberto e renovado Um Portugal ganhador, moderno e solidário

António Guterres

Moção política de orientação nacional Socialismo em democracia

António Brotas

Portugal Primeiro

Henrique Neto



Uma aposta de futuro

O camarada António Guterres formalizou no final semana passada, em conferência de Imprensa, a sua recandidatura à liderança do partido e apresentou a sua moção global de estratégia, perfazendo assim um total de três moções a serem discutidas no próximo Congresso do Partido Socialista: «Socialismo em Democracia», cujo primeiro subscritor é António Brotas; «Portugal primeiro», de Henrique Neto e a moção de António Guterres «Uma aposta de futuro».

Na moção do secretário-geral são apresentados um conjunto de objectivos e desafios que se prendem com a organização do Estado e do País no sentido de responder aos desafios do presente e preparar o futuro. Para António Guterres, a realização do desígnio de mudança obriga à concretização de políticas públicas que permitam reforçar o desenvolvimento, a modernização e a coesão, por isso a educação e a formação tornam-se factores decisivos de criação de riqueza, de progresso e de desenvolvimento, mas são também o grande alicerce da cidadania democrática activa.

Neste sentido, Guterres reforça a urgência em vencer no prazo de uma geração o atraso estrutural e qualitativo que ainda nos separa dos países mais evoluídos da Europa. Modernizar, qualificar e inovar são as palavras de ordem. A resposta socialista para a economia do conhecimento é a Sociedade Educativa, pelo que salienta a importância de um maior rigor, melhor organização, mais profissionalismo e mais ambição, razão pela qual aposta nas gerações mais novas, numa nova mentalidade e numa nova atitude perante o presente e o futuro, numa cultura de maior responsabilidade e exigência. Sem esquecer o Partido, Guterres elege o próximo Congresso como ponto de afirmação de uma reforçada atitude de abertura – não só ao exterior do círculo dos seus militantes, não só cada vez mais à sociedade civil, mas à consideração e ao debate de problemas e preocupações que não têm cabido no limitado círculo da política portuguesa, até porque o PS é um partido de valores.



CONGRESSO DA IS EM LISBOA

O anúncio por Willy Brandt de que o próximo Congresso da Internacional Socialista (IS) iria realizar-se em Lisboa em Abril era um dos temas em evidência nesta edição do órgão oficial do PS.

De acordo com a notícia em destaque na primeira página, iriam estar em Lisboa cerca de mil dirigentes da IS.

Previstas as presenças de figuras ímpares do socialismo democrático como, por exemplo, Willy Brandt (Alemanha), Olof Palme (Suécia), François Mitterrand (França), Bruno Kreisky (Áustria), Michael Foot (Reino Unido), Papandreu (Grécia) e Felipe González (Espanha).

O «Acção Socialista» dedicava, por outro lado, quase uma página à cimeira PS/PSOE, realizada em Madrid, em que os dois partidos apostavam na mudança e no estreitamento das relações entre os dois países.

Um suplemento sobre temas da actualidade internacional integrava ainda esta edição do jornal de todos os socialistas.

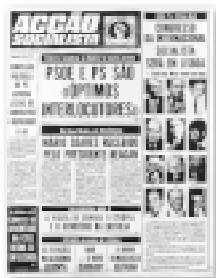
J. C. CASTELO BRANCO

24 de Fevereiro

Quem disse?

«Para os dirigentes estalinistas do PCP há – já o sabíamos – ditaduras “boas” e ditaduras “más”. Para os democratas socialistas essa distinção é inaceitável» e absurda: todas as ditaduras são más»

Alfredo Barroso



Comunidades Hungria: falar português está na moda

Cerca de duas centenas de jovens estão inscritos em cursos de português nas universidades húngaras, revelou, no dia 20, Ferenc Pal, responsável pelo curso de língua portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Szeged.

Esta onda de interesse pelo ensino de português na Hungria não tem, aparentemente, uma explicação fácil.

«Francamente não sei porque há tantos estudantes que procuram aprender o português», confessa o professor universitário. Para este fenómeno Ferenc Pal encontra apenas uma razão: «Portugal exerce uma atracção sobre as pessoas. Assim a motivação dos estudantes é desinteressada, uma pura simpatia por Portugal, a sua língua e cultura».

O curso de Português na Faculdade de Letras da Universidade de Ciências de Szeged (a Coimbra húngara) a sul do país, vai iniciar-se em Setembro. A decorrer existe um curso propedéutico de introdução à língua portuguesa, frequentado por 70 alunos.

Em Budapeste mais de 120 estudantes querem aprender o português.

«Oxalá um dia tivéssemos tanta popularidade nós, os húngaros, com a nossa língua e literatura em Portugal», comenta.



Actualmente estão a decorrer na Hungria iniciativas para divulgação da cultura portuguesa que têm o apoio do Instituto Camões e a cooperação das universidades húngaras.

Realizou-se, recentemente, na universidade de Szeged, uma conferência sobre o escritor Eça de Queiroz, intitulada «Um clássico português antes e depois da sua morte», proferida pelo professor Ferenc Pal.

Esta semana, por ocasião da abertura do Ensino de Português na Universidade de Szeged, realiza-se uma mostra do cinema português.

Até 19 de Março uma exposição itinerante do Instituto Camões sobre Eça de Queiroz, está patente na Aula Magna da Universidade de Szeged.

Obras e projectos de engenharia Governo prepara novo regime jurídico

António Guterres anunciou, no dia 15, em Lisboa, que o Governo vai alterar a legislação sobre o regime jurídico das actividades ligadas ao exercício da profissão de engenheiro.

Para isso, vai aprovar dois decretos-lei contemplando matérias como o regime jurídico dos projectos e obras, designadamente no que se refere à qualidade, segurança e sistema de cálculo dos honorários dos engenheiros, explicou. O primeiro-ministro, que falava na sede da Ordem dos Engenheiros na sessão de apresentação do livro «100 obras de engenharia civil no século XX – Portugal», agradeceu a contribuição da Ordem para a elaboração dos dois decretos, que

proximamente deverão ser levados ao Conselho de Ministros para aprovação por Jorge Coelho.

O livro contempla as obras das mais notáveis feitas pela engenharia portuguesa no País, desde o Viaduto Duarte Pacheco à Ponte Salgueiro Maia, da Garagem Auto-Palace ao Pavilhão de Portugal na Expo 98, e da Estrada Marginal Lisboa/Cascais aos acessos rodoviários à Ponte Vasco da Gama.

Os Aeroportos da Portela e do Funchal, a Gare do Oriente, túneis rodoviários na Ilha da Madeira, o Sistema Multimunicipal Águas do Douro e Paiva e a reabilitação do edifício da Câmara Municipal de Lisboa e do Forte do Bugio contam-se também entre as cem obras de engenharia focadas no livro.

Sócrates reedita «Dia sem carros» e quer prioridade aos transportes públicos

O ministro do Ambiente, José Sócrates, anunciou a realização, pela segunda vez, do «Dia sem carros», esperando que haja a adesão de mais cidades a esta iniciativa para melhorar a qualidade do ar.

Segundo Sócrates, as cidades que aderirem ao «Dia sem carros» comprometem-se a desenvolver políticas de defesa do ambiente, nomeadamente através da criação de mais áreas para peões e maior

investimento nos transportes públicos. Por sua vez, o secretário de Estado do Ambiente, Rui Gonçalves, adiantou que, em princípio, o «Dia sem carros» terá lugar a 22 de Setembro próximo (sábado), a mesma data da primeira acção do género.

Os autores da iniciativa querem ainda que as autarquias alarguem o «Dia sem carros», podendo abranger o fim-de-semana de 22 e 23 de Setembro de 2001.

FIDELIDADE AOS VALORES E PRINCÍPIOS DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

«Uma das marcas essenciais do socialismo democrático é o Estado do Bem-Estar (Estado-Providência). Defendemos a universalidade dos direitos sociais e a diferenciação positiva, apoiando mais intensamente os mais carenciados»

António Guterres

A moção de estratégia apresentada no dia 16 pelo camarada António Guterres reafirma que «o PS é um partido de valores», sublinhando que para os socialistas «o exercício do poder só tem sentido como concretização, em cada momento, dos princípios e valores em que sempre assentou o socialismo democrático e a social-democracia, numa síntese fecunda entre liberdade, igualdade e fraternidade».

Trata-se, segundo refere a moção, de uma via reformista, «que aceita a economia de mercado mas rejeita a sociedade de mercado e que concebe um Estado regulador, catalisador de iniciativas, corrector de injustiças, ao serviço de uma sociedade solidária».

A moção do líder do PS coloca as pessoas no cerne de um projecto reformista e humanista, apostando na educação e na formação como condição indispensável para uma maior igualdade e justiça.

«Apostar nas pessoas hoje é fundamentalmente apostar na sua valorização plena. Uma sociedade mais culta é uma sociedade mais livre. A educação e a formação são factores decisivos de criação de riqueza, de progresso e desenvolvimento, mas são também o grande alicerce da cidadania democrática activa», refere o documento.

Em conferência de Imprensa, o camarada António Guterres reafirmou que se mantém «o princípio da autonomia estratégica do PS», referindo que, nas próximas eleições autárquicas, os socialistas apenas concorrerão em coligação em Lisboa, ou em concelhos da Região Autónoma da Madeira. Em relação às forças que estão situadas à esquerda dos socialistas, Guterres lamentou que dez por cento dos eleitores portugueses fiquem impossibilitados de dar «um contributo efectivo à governabilidade do País».

«Esta questão é tanto mais grave para o País quanto é certo que não surge, à direita do PS, ainda que ideologicamente em oposição a nós próprios, qualquer projecto modernizador para a sociedade



portuguesa.» Um afastamento que, segundo Guterres, se verifica «por culpa dos mediadores» - deputados e dirigentes partidários - desses dez por cento de eleitores, que se enquistaram em «dogmas» e não acompanharam os ventos de mudança. «Lanço um desafio à modernização dessas forças políticas no sentido de que possam ser capazes de dar um contributo à governabilidade do país e que tenham outro entendimento sobre a integração de Portugal na União Europeia», disse.

Ortodoxos do PCP alheios aos ventos de mudança

Numa série de críticas sobretudo destinadas ao actual PCP, o secretário-geral do PS deixou o seguinte repto: «Peço-lhes (às forças políticas à esquerda dos socialistas) que mudem, que se modernizem, que compreendam os tempos do presente e os ventos de mudança e que não se enquistem em velhos dogmas», disse.

«Ficar agarrado a dogmas é hoje um suicídio. Por isso, façam um desafio à razão», acrescentou.

Confrontado com a declaração do secretário-geral do PCP, que considerou «puro marketing» este tipo de desafios

lançados pelo líder socialista, Guterres respondeu: «Quando "o marketing" corresponde à realidade deixa de ser "marketing"».

No que respeita às críticas do dirigente histórico do PS Manuel Alegre ao actual estado do partido, o líder socialista disse sentir-se «tranquilo».

Lembrou, a propósito, que antes de elaborar a sua moção global de estratégia ouviu «muita gente».

«Recebi contributos inovadores de pessoas que não têm expressão na comunicação social», comentou.

Uma economia de mercado e não uma sociedade de mercado

Quanto à orientação ideológica da moção global «Uma aposta de futuro», o camarada António Guterres repetiu um dos «slogans» favoritos do primeiro-ministro francês, Lionel Jospin - uma personalidade que se tem destacado em defesa dos valores e princípios do socialismo democrático contra a sua descaracterização e pseudo-modernização: «Queremos uma economia de mercado e não uma sociedade de mercado.»

«Recusamos a sociedade de mercado que nos conduziria a encarar o conjunto dos

valores sociais como valores monetários e o conjunto das relações sociais como relações meramente mercantis», lê-se na moção.

«PS - uma aposta de futuro», a moção apresentada pelo secretário-geral, incorpora no entanto algumas teses mais liberais dos blairistas como o conceito de «responsabilidade individual e colectiva». «A culpa não pode morrer solteira», disse, acrescentando que os cidadãos competentes devem ter o direito ao mérito.

Conceito alargado de segurança

De salientar, por outro lado, que a moção «Uma aposta de futuro» introduz um conceito alargado de segurança, entendida não apenas no aspecto policial, mas com incidência em áreas como o ambiente e emprego.

Um conceito, aliás, que separa nitidamente as águas entre a esquerda e a direita no domínio da segurança.

Na apresentação do seu documento para o XII o Congresso Nacional do PS, entre 30 de Março e 1 de Abril, o líder socialista afirmou que, em primeiro lugar, «os cidadãos querem segurança física».

No entanto, «os cidadãos estão cada vez mais preocupados com a segurança ao nível alimentar, do ambiente e no plano laboral», declarou o primeiro-ministro.

Outros valores inerentes à moção do secretário-geral do PS incidem sobre a necessidade de «coesão» e de preservação da «identidade» dos valores nacionais no processo de integração de Portugal na União Europeia e no mundo, assim como a concessão do «primado absoluto ao valor da liberdade».

Além do destaque concedido ao combate à exclusão social e da prioridade às pessoas, através da sua formação científica ao longo da vida, o camarada António Guterres insistiu na necessidade de Portugal «aproveitar a oportunidade histórica - e única - de acompanhar o ritmo vertiginoso das mudanças ao nível das tecnologias».

«Temos de operar uma transformação radical, vencendo simultaneamente o défice nacional em termos de produtividade e de qualificações profissionais, assim como ao nível da reforma da Administração Pública», salientou.

Segundo o secretário-geral do PS, «o grande desígnio nacional passa por Portugal recuperar no espaço de uma geração o atraso estrutural e qualitativo que ainda nos separa dos países mais evoluídos da Europa - num horizonte de exigência, de qualidade, de justiça e de solidariedade».

J. C. CASTELO BRANCO

PELA ESTABILIDADE DO SISTEMA

O Governo decidiu, no dia 15, em reunião de Conselho de Ministros, criar uma Comissão para a Simplificação Legislativa.

A produção legislativa tem impacto sobre o quotidiano de todos os cidadãos e sobre a actividade das empresas e é um referente essencial da acção governativa.

De há muito Portugal vive uma situação de proliferação legislativa que tem reflexos a vários níveis, desde logo, diminuindo a autoridade da lei, a confiança nas instituições e as condições do desenvolvimento económico e social.

A necessidade de resposta emergente do Estado, através da produção normativa, às questões emergentes da globalização, e do desenvolvimento tecnológico e científico, deve, simultaneamente, permitir a estabilidade do sistema normativo.

A simplificação e a qualidade da legislação estão, por isso, na agenda política das democracias europeias. Mas, a procura de soluções e os caminhos percorridos são muito distintos nos vários países. E, em qualquer deles, passa pela sistematização dos estudos de impacto, pela transparência dos processos de audição e concertação, pela simplificação dos textos adoptados e, eventualmente, por soluções de codificação ou compilação dos diplomas legais e pela sua divulgação e acesso aberto por intermédio dos novos meios tecnológicos.

Tais preocupações estiveram patentes quer no Conselho Europeu de Lisboa, realizado em 23 e 24 de Março de 2000, que apelou a que fosse estabelecida uma estratégia de acção coordenada mais aprofundada a fim



de simplificar o ambiente regulamentar, incluindo o desempenho da administração pública, tanto a nível nacional como comunitário, quer na oitava Reunião dos Ministros Europeus da Função Pública e da Administração (Estrasburgo, em 7 de Novembro de 2000) onde se decidiu «criar um grupo consultivo de alto nível, composto de peritos da regulamentação dos Estados-membros e da União Europeia encarregado de participar activamente na elaboração da estratégia coordenada relativa às questões da qualidade regulamentar», nos termos definidos pelo Conselho Europeu de Lisboa. Os vários representantes dos Estados-

membros que integram o grupo consultivo de alto nível, criado na sequência da resolução adoptada em Estrasburgo têm manifestado preocupação relativamente à existência de uma unidade orgânica, quer a nível de cada um dos países, quer a nível da União Europeia, responsável pela questão da simplificação legislativa, sendo que o relatório final deste grupo consultivo irá necessariamente reflectir esta preocupação.

Neste contexto, o Executivo socialista decidiu criar, na dependência do Ministro da Reforma do Estado e da

Administração Pública, a Comissão para a Simplificação Legislativa, à qual competirá, em articulação com os vários ministérios identificar áreas da legislação existente que devem ser objecto de intervenção, elaborar estudos e emitir recomendações com vista à simplificação e melhoria da qualidade da legislação e regulamentação; analisar e propor medidas que visem a maior acessibilidade da legislação, designadamente através da consolidação, compilação ou codificação; bem como analisar e apresentar situações em que se justifique a deslegalização ou desregulamentação, incentivando nestas áreas a autorregulação ou outras formas de actuação. Relativamente à produção de novos actos normativos, a Comissão estudará os procedimentos vigentes, nos domínios da produção legislativa, da competência do Governo, com vista à adopção de novas regras de simplificação.

A Comissão deve preparar e submeter ao ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, decorridos 30 dias após a sua primeira reunião, um programa de actividades contendo as propostas a elaborar e acções a desenvolver, o correspondente calendário e a metodologia de trabalho. A Comissão é composta por um presidente, coadjuvado por dois vogais, e representantes dos ministros da Presidência, da Justiça, das Finanças, da Reforma do Estado e da Administração Pública e secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

NOVA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR REINserÇÃO

O Executivo socialista vai criar uma Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), de âmbito interministerial.

O PNAI consagrará, a partir de 2001, as linhas mestras da estratégia nacional para o combate à pobreza e a exclusão, devendo os seus objectivos e metas quantificadas incorporar todas as políticas sectoriais.

Este Plano tem como horizonte de aplicação o período de Julho de 2001 a Julho de 2003, devendo ser apresentado à Comissão Europeia até Junho deste ano, na sequência do compromisso assumido pelos diversos Estados-membros no Conselho Europeu de Nice.

Trata-se de um instrumento de construção da nova estratégia europeia no domínio social, iniciada na Cimeira de Lisboa, desempenhando igualmente um papel de importância capital ao nível da consolidação das políticas portuguesas de reforço da coesão social.

O diploma identifica cinco eixos estratégicos em que o PNAI deverá assentar:

- Assegurar que o desenvolvimento económico do País, alicerçado num permanente reforço da competitividade e dos equilíbrios macro-económicos, incorpore plenamente as necessidades de melhoria da coesão social e de eliminação dos factores estruturais que favorecem os processos de exclusão;

- Promover a incorporação do objectivo da coesão social nas políticas correntes de desenvolvimento económico, formação, emprego, educação, saúde e habitação, de modo a promover as condições de existência das pessoas em situação de pobreza. Uma particular atenção deve ser dada às políticas relativas à adaptação à Sociedade da Informação e à economia do conhecimento;

- Desenvolver os sistemas de protecção social, enquanto instrumentos especialmente vocacionados para o combate à pobreza, quer através da criação de respostas específicas direccionadas ao tratamento desta realidade, quer mediante a afirmação das suas dimensões de solidariedade,

designadamente, a diferenciação positiva a favor dos mais necessitados;

- Desenvolver medidas e políticas activas de reinserção social e profissional das pessoas e das famílias em situação de exclusão social, através da promoção de instrumentos e programas integrados, capaz de responder às necessidades de segmentos sociais e de comunidades territoriais particularmente expostas a fenómenos localizados de pobreza e exclusão;

- Promover de forma coerente e integrada a rede de serviços e equipamentos sociais, com uma ampla participação da sociedade civil, afirmando-se plenamente a prioridade ao apoio às famílias e aos cidadãos mais carenciados.

RECUPERAR ÁREAS MINEIRAS DEGRADADAS

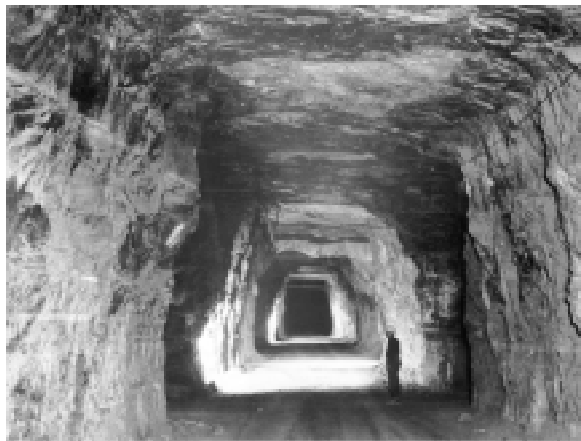
O Conselho de Ministros aprovou, no dia 15, em Lisboa, um decreto-lei que estabelece o regime jurídico de concessão do exercício de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas.

Após várias décadas de exercício da actividade mineira em Portugal constatase que o exercício desta actividade gerou um passivo ambiental muito significativo, agravado, ainda, pelos riscos potenciais que a falta de um adequado processo de recuperação ambiental das áreas abrangidas pode trazer para as populações e para os ecossistemas envolventes.

O reconhecimento da gravidade da situação e da necessidade de encontrar meios adequados de reposição do equilíbrio ambiental de áreas sujeitas à actividade mineira, designadamente, aquelas que hoje se encontram em estado de degradação e abandono, constitui, segundo o Executivo, um importante fundamento da presente iniciativa legislativa.

Neste sentido, e tendo presente que constitui um dever fundamental do Estado a recuperação das áreas degradadas do território nacional, o Governo considerou importante definir os objectivos e os princípios que deverão presidir à recuperação e monitorização ambiental das áreas mineiras degradadas, a fim de assegurar a preservação do património ambiental do País, tarefa que é de reconhecido interesse público.

Se é certo que a Administração Pública Central não se encontra vocacionada para a realização de acções de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas, não é menos certo que, no meio empresarial do Estado existem entidades, aptas a assegurar, com eficácia e aproveitamento, a respectiva gestão técnica, administrativa e financeira, como é o caso das empresas públicas que actuam no sector mineiro e que pertencem ao grupo EDM – Empresa de Desenvolvimento



Mineiro, SGPS, empresa holding que representa os interesses do Estado no referido sector.

Com efeito, a EDM congrega, quer na sua estrutura própria, quer na do respectivo Grupo, empresas operacionais e de serviços com vasta experiência no tratamento dos problemas associados aos diversos tipos de exploração mineira exercida em Portugal, na especificidade dos diferentes contextos locais, as quais dispõem dos conhecimentos suficientes e necessários ao estudo, definição e concretização das soluções mais adequadas, incluindo do ponto de vista económico, com plena utilização das sinergias disponíveis.

Monitorização atribuída

Assim sendo, este diploma atribui, nos termos nele definidos, a actividade de

recuperação e monitorização ambiental das áreas mineiras degradadas, à EXMIN – Companhia de Indústria e Serviços Mineiros e Ambientais, SA (cujo capital social é detido na totalidade pela EDM) empresa que se encontra especificamente vocacionada para a investigação aplicada e prestação de serviços relativos ao meio ambiental natural.

Entende-se como áreas mineiras degradadas, as seguintes as áreas abandonadas localizadas na zona de influência de antigas explorações mineiras desactivadas, cujas empresas concessionárias não possam ser responsabilizadas pelas consequências ambientais decorrentes daquela actividade, porque as respectivas concessões já reverteram para o Estado ou porque essas empresas se encontram dissolvidas por falência.

As áreas objecto de exploração mineira

iniciada antes da entrada em vigor do decreto-lei n.º 90/90, de 16 de Março, e já desactivada até essa data, independentemente de actuais concessões de exploração para esse fim, e as áreas de exploração de minerais radioactivos relativamente às quais seja reconhecido o interesse público da intervenção do Estado, mediante despacho conjunto dos ministros da Economia e do Ambiente e do Ordenamento do Território também serão zonas intervenionadas.

O diploma define como objectivos da recuperação a valorização ambiental, cultural e económica, garantindo a defesa do interesse público e a preservação do património ambiental, tendo em vista:

- Eliminar, em condições de estabilidade a longo prazo, os factores de risco que constituam ameaça para a saúde e a segurança públicas, resultantes da poluição de águas, da contaminação de solos, de resíduos de extracção e tratamento e da eventual existência de cavidades desprotegidas;

- Reabilitar a envolvente paisagística e as condições naturais de desenvolvimento da flora e da fauna locais, tendo como referência os habitats anteriores às explorações;

- Assegurar a preservação do património abandonado pelas antigas explorações, sempre que este apresente significativa relevância, quer económica, quer em termos de testemunhos de arqueologia industrial;

- Assegurar as condições necessárias para o estudo, preservação e valorização de vestígios arqueológicos eventual existentes relacionados com actividade mineira;

- Permitir uma utilização futura das áreas recuperadas, em função da sua aptidão específica, em cada caso concreto, designadamente para utilização agrícola ou florestal, promoção turística e cultural, além de outros tipos de aproveitamento que se revelem adequados e convenientes.

PARLAMENTO ACOMPANHA MISSÕES NO ESTRANGEIRO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 15, uma proposta de lei que regula o acompanhamento, pela Assembleia da República, do envolvimento de contingentes militares portugueses para o estrangeiro.

Através deste diploma pretende-se regulamentar os termos em que o Governo deve prestar as informações ao Parlamento, para cumprimento do disposto no artigo 163º, alínea j) da Constituição da República



Portuguesa.

Nos termos do diploma, o acompanhamento da Assembleia da República será efectuado através da Comissão Parlamentar da Defesa Nacional, à qual, para tal efeito, devem ser enviadas ou prestadas pelo Executivo todas as informações consideradas relevantes, as quais compreendem, nos termos constitucionalmente definidos, todos os elementos essenciais que enquadram as operações e o desenrolar das mesmas,

nomeadamente no que respeita aos meios humanos e logísticos a utilizar.

O diploma prevê que tais informações sejam facultadas à Assembleia da República antes do envio dos contingentes militares portugueses para o estrangeiro, sem prejuízo da adopção imediata das decisões militares que ao caso couberem; semestralmente, enquanto durarem as operações; e até 60 dias após as operações serem dadas por findas.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

«Sala de situação» para segurança

Uma «sala de situação» para acompanhar permanentemente quaisquer ocorrências, em qualquer ponto do País, que ameacem a segurança interna vai ser criada em breve no Ministério da Administração Interna.

A decisão foi anunciada, no dia 19, em conferência de Imprensa, em Lisboa, pelo titular da Administração Interna MAI, Nuno Severiano Teixeira, e insere-se numa reestruturação do Gabinete Coordenador de Segurança que o Conselho de Ministros analisa na sua reunião de hoje.

A reestruturação foi o objecto de uma reunião, prévia à conferência de Imprensa, que o ministro manteve com os membros do Gabinete Coordenador, que integra a PSP GNR, PJ, SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), SIS (Serviço de Informações de Segurança) e Sistema de Autoridade Marítima.

Além da «sala de situação», cuja instalação se iniciará logo após a aprovação do decreto-lei pelo plenário ministerial, a reestruturação implica que o Gabinete Coordenador de Segurança passe a ter um secretário-geral-adjunto e um secretariado permanente com representantes de todas as forças e serviços de segurança.

«Será igualmente criado um gabinete de apoio técnico com a tarefa de recolher e tratar dados estatísticos relativos à criminalidade», referiu Severiano Teixeira.

Outra novidade prevista na reestruturação é a criação de gabinetes coordenadores de segurança ao nível distrital, sob coordenação dos governadores civis, com quem o ministro se vai reunir em breve.

Com esta reestruturação, Severiano Teixeira pretende que o Gabinete Coordenador de Segurança adquira maior estabilidade, autonomia e operacionalidade.



DEFESA

Novo «bunker» de informação classificada

O ministro da Defesa visitou, no dia 16, a nova sala de operações do Centro de Operações Conjunto do Estado-Maior General das Forças Armadas, inaugurado esta semana com o início do exercício aliado de gestão de crises «CMX/01».

Castro Caldas recebeu um *briefing* sobre o exercício iniciado na passada quinta-feira, que simula os arranjos, medidas e procedimentos de gestão de crises a adoptar pelos países da NATO numa determinada operação de apoio à paz.

O exercício simula um conflito político-militar entre duas nações com fronteira comum e destina-se a testar diversos domínios de intervenção operacional da NATO, nomeadamente o do relacionamento com a União Europeia e países terceiros envolvidos no processo.

O relacionamento entre organizações civis e militares, os contactos com os *media*, as consultas aos países parceiros ou a aplicação do conceito CJTF (forças conjuntas e combinadas) foram algumas das matérias em teste num exercício que não envolve quaisquer forças no terreno.

O exercício decorreu ininterruptamente até ontem e envolveu em Portugal, nomeadamente, o Ministério da Defesa (incluindo o Planeamento Civil de Emergência) e o Estado-Maior General das Forças Armadas.

Quanto ao novo «bunker» do Centro de Operações Conjunto, trata-se de um centro blindado instalado no edifício do Estado-Maior General das Forças Armadas e que, entre outros aspectos, visa garantir a segurança e protecção total da informação classificada (nacional e da NATO).

Em termos de comunicações e de comando e controlo de operações, o «bunker» vai ligar-se a centros similares já existentes na Armada e na Força Aérea.



ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA E PORTUÁRIA

Rede nacional de plataformas logísticas pronta em 2006

A rede nacional de plataformas logísticas, que se traduz na interligação entre portos, rodovia, ferrovia e aeroportos, deverá estar concluída até ao final de 2006, anunciou, no dia 15, o secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária.

«Esta rede é de importância vital para que possamos ser competitivos ao nível das nossas exportações e importações, já que a circulação dos produtos se fará em tempos mínimos, graças à articulação entre portos, rodovia, ferrovia e aeroportos», salientou José Junqueiro.

O governante garantiu, ainda, que todos os portos nacionais serão abrangidos por esta rede que, numa primeira fase, «apanhará» a linha Leixões, Lisboa e Sines e que, posteriormente, se estenderá a Aveiro, Figueira da Foz e Viana do Castelo.

Segundo José Junqueiro, a rede nacional de plataformas logísticas será proposta ao Conselho de Ministros até meados de Abril, devendo uma «parte substantiva das obras» estar realizada até 2003 ou 2004.

Junqueiro falava em Viana do Castelo, onde procedeu à adjudicação do projecto das acessibilidades rodo-ferroviárias ao porto comercial local, uma obra que vai custar mais de dois milhões de contos e que o governante classificou como fundamental para potenciar o desenvolvimento do porto.



FINANÇAS

Novo sistema tributário simplificado

O ministro das Finanças afirmou, no dia 20, em Vila Real, que a reforma fiscal introduzirá no sistema tributário as 63 por cento das empresas portuguesas, que funcionam, mas não pagam impostos.

Em visita aos serviços da Direcção de Finanças de Vila Real, Pina Moura salientou que quer seja no novo sistema tributário simplificado ou no antigo, «todos os agentes económicos têm de estar dentro do sistema fiscal e devem pagar os seus impostos».

«Não podemos continuar a ter um sistema fiscal em que 63 por cento das empresas que fazem negócio e apuram lucros não têm qualquer relacionamento com a administração fiscal», sublinhou.

O ministro acrescentou que o método novo de tributação simplificada terá um papel importante para que muitos comerciantes que hoje estão fora do sistema sejam incluídos nele.

«A reforma fiscal dá aos contribuintes de IRC e IRS uma oportunidade nova de regularizarem a sua situação podendo escolher um de dois métodos», explicou. Pina Moura considera que a aplicação do método simplificado de tributação levanta várias questões de natureza prática às quais a administração fiscal tem estado a responder, e por isso referiu que, o alargamento do prazo para a escolha da opção a tomar se destina a dar oportunidade aos contribuintes e à administração de esclarecer na prática todos procedimentos.



AMBIENTE

«Embuste intelectual» sobre co-incineração

O ministro do Ambiente, José Sócrates, acusou, no dia 15, a Comissão de Luta Contra a Co-Incineração (Souselas) de «embuste intelectual» e de «abuso científico».

Recorde-se que a Comissão de Luta Contra a Co-Incineração apresentou, na passada quinta-feira, na Assembleia da República, um relatório que alegadamente denuncia a existência de graves problemas de saúde na população de Souselas devido à poluição.

«Esse estudo é um embuste intelectual. Trata-se de uma selecção de casos registados no Centro de Saúde local e daí não se pode tirar nenhuma conclusão para a situação de saúde da população de Souselas», considerou o ministro do Ambiente.

Para José Sócrates, é «uma abuso científico» o facto do relatório sugerir que há uma ligação entre o aparecimento de casos de cancro e a actividade na cimenteira de Souselas.

Instado a comentar a situação na incineradora do hospital de São João, no Porto, Sócrates disse que desde 1996 que tem conhecimento de problemas na estrutura.

«Desde 1996 que se sabia que todas as incineradoras hospitalares do País, e não apenas a do hospital de São João, não cumprem as normas ambientais, por isso foi previsto que todas elas encerrassem», afirmou José Sócrates.

O ministério do Ambiente garante que até 31 de Março a incineradora hospitalar estará encerrada.



JUSTIÇA

Pulseiras electrónicas são alternativa à prisão preventiva

O ministro da Justiça, António Costa, reconheceu, no dia 16, que o número de prisões preventivas declaradas em Portugal «está acima da média europeia» e, nesse sentido, o Governo vai criar como alternativa as pulseiras electrónicas.

Não posso dizer que o número de prisões preventivas é excessivo, mas é superior à média europeia e por isso é necessário outras formas para assegurar em segurança o decorrer dos processos», frisou.

Falando no Bombarral, António Costa adiantou que o Executivo apostou no serviço de controlo através de pulseiras electrónicas para que os magistrados disponham de uma alternativa à prisão preventiva.

O ministro disse ainda esperar que em Janeiro do próximo ano o controlo dos presos possa ser feito através do novo meio, uma vez que já foi aberto o concurso público para a adjudicação das pulseiras electrónicas.

Além de reconhecer que o país tem um número de prisões preventivas acima da média europeia, o ministro admitiu também que Portugal tem «as penas mais longas da



Europa».

Para combater este fenómeno, defendeu «a diversificação das penas além das de prisão como a criação de penas de trabalho a favor da comunidade».

JUVENTUDE

Votar aos 16 anos

O secretário de Estado da Juventude e do Desporto congratulou-se, no dia 16, em Lisboa, com a proposta de antecipação para 16 anos da idade para se votar, a discutir no próximo Congresso do PS, no final de Março.

Miguel Fontes afirmou que «a sociedade portuguesa mudou e não faz sentido que os jovens, que cada vez mais cedo adquirem um conjunto de competências e de capacidade de participação social, não possam exercer o seu direito de voto».

Para o secretário de Estado da Juventude, um jovem de 16 anos é uma pessoa informada, que tem capacidade para saber o que quer e escolher o representante político que considera ser o melhor para o País.

«É preciso desmistificar o voto e explicar que esta medida não implica mexer na maioridade», salientou Miguel Fontes, explicando que com esta medida um jovem pode eleger, mas não pode ser eleito.

Apesar de defender a proposta incondicionalmente, Miguel Fontes admite que a medida seja aplicada apenas em alguns actos eleitorais, nomeadamente nas autárquicas devido à proximidade entre eleitos e eleitores.

Instado a comentar se os jovens de 16 e 17 anos são ainda muito influenciáveis pela família, o governante argumentou que «na sociedade as pessoas vivem em interacção umas com as outras, mas isso não quer dizer que se deixem condicionar».



PLANEAMENTO

Rigorosa gestão de prioridades

O secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento, Ricardo Magalhães, advertiu no dia 17, em Vila Nova de Foz Côa (Guarda), que o Governo não vai futuramente aprovar projectos sobredimensionados e que não sejam sustentáveis.

O governante falava na abertura da XX Quinzena da Amendoeira em Flor,

onde respondeu às queixas apresentadas pelos presidentes da Câmara e Assembleia Municipal dizendo: «não nos podemos dar ao luxo de sobredimensionamentos», referindo-se ao volume do projecto do Centro Cultural, sublinhando que «antes de o equipamento arrancar, tem de ficar claramente definido o modelo de gestão das várias valências e há que trabalhar para que isso aconteça».

Referindo-se ao arranque do novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), recusou a ideia de que «temos milhões de contos disponíveis para os próximos anos e porque os termos tudo se pode fazer, que há dinheiro para tudo».

Sublinhou que isso «não é verdade, é pura mentira», porque, acrescentou, «para podermos fazer o que é prioritário e elevar o nível de atendimento, do abastecimento de água e saneamento, as estradas e os IP (Itinerários Principais) que falta fazer, o dinheiro não chega».



REFORMA DO ESTADO

Combater défice de formação face a novas tecnologias

O ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, admitiu, no dia 15, em Palmela, que a Escola Prática de Administração Pública Luís Sá poderá contribuir para a valorização e produtividade dos funcionários públicos.

Alberto Martins falava na conferência inaugural da Escola Prática de Administração Pública Luís Sá, que decorreu na Sociedade Os Loureiros, de Palmela. Depois de evocar a memória de Luís Sá, que definiu como um «homem de cultura, grande tolerância e uma pessoa eticamente preocupada com os outros», Alberto Martins, salientou a importância da nova escola atendendo ao «défice de formação extremamente grande ao nível das qualificações superiores, das novas tecnologias (dos funcionários públicos)».

Um défice que o ministro se propõe combater aproveitando a saída de cerca de 190 mil funcionários que atingem o limite de idade nos próximos dez anos e através de um «esforço de requalificação, sem despedimentos».

«A nossa ideia é que entre 2000 e 2006, com as verbas do QCA – Quadro Comunitário de Apoio, cerca de 20 milhões de contos na Administração Central – seja possível requalificar um conjunto alargado de 150 mil funcionários públicos para que se adaptem às novas realidades da Administração Pública que nós queremos incrementar».

Alberto Martins salientou que a melhoria da Administração Pública passa também por uma «simplificação legislativa».



SEGURANÇA SOCIAL

Lojas de solidariedade em todo o País

O secretário de Estado da Segurança Social, Vieira da Silva, anunciou, no dia 16, em Braga, que o Governo vai criar, em 2003, e em todos os concelhos do continente português lojas da Solidariedade e Segurança Social ao serviço dos utentes.

«As primeiras duas lojas concelhias arrancam já este ano nos concelhos de Amares e na Póvoa de Lanhoso», adiantou, vincando que as «lojas» trarão a modernização dos serviços a uma maior proximidade aos cidadãos. O governante falava durante a sessão de tomada de posse do novo director do Sub-Centro Regional de Braga de Solidariedade e da Segurança Social do Norte, António Ramalho.

António Ramalho, que exercia as funções de vereador do PS na Câmara Municipal de Vieira do Minho, substitui Luís Vale.

Para o governante a criação das novas «Lojas de Solidariedade e Segurança Social» insere-se numa lógica de renovação dos serviços actualmente existentes, «tomando-os numa rede mais rica pela sua capacidade de relacionamento com os cidadãos e mais aptos a responder no local às suas necessidades».



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 15 de Fevereiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Conceder tolerância de ponto no dia 27 de Fevereiro, terça-feira de Carnaval;
- Uma resolução que cria a Comissão para a Simplificação Legislativa;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico de concessão do exercício de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas;
- Uma resolução que cria a Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), de âmbito interministerial;
- Uma proposta de lei que regula o acompanhamento, pela Assembleia da República, do envolvimento de contingentes militares portugueses para o estrangeiro;
- Uma proposta de lei que transpõe para a ordem interna a Convenção sobre a Luta contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais Internacionais, aprovada em Paris em 17 de Dezembro de 1997, sob a égide da OCDE;
- Um decreto-lei que estabelece a salvaguarda de expectativas de progressão na carreira de operário altamente qualificado;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova a lei orgânica do Teatro Nacional de São Carlos;
- Um decreto-lei que define, no âmbito da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, a modalidade e os termos da transferência dos direitos à pensão, prevista nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11º do Anexo VIII do Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias;
- Um diploma que altera o artigo 3º do decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve e o artigo 2º do decreto-lei que constitui a Sociedade Águas do Algarve, SA;
- Um decreto-lei que prorroga, por um ano, os prazos previstos nos artigos 1º e 2º do decreto-lei que aprova a suspensão parcial dos Planos Directores Municipais de Vila Nova de Foz Côa, de Pinhel, de Figueira de Castelo Rodrigo e de Meda e estabelece medidas preventivas para a área sujeita ao plano de salvaguarda do Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- Um decreto-lei que estabelece o prazo para a Comissão Liquidatária da CNN – Companhia Nacional de Navegação, EP apresentar a Conta Final de Liquidação às tutelas sectorial e financeira e regula alguns aspectos essenciais necessários à finalização do processo de liquidação;
- Um decreto-lei que estabelece o prazo para a Comissão Liquidatária da CTM – Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, EP apresentar a Conta Final de Liquidação às tutelas sectorial e financeira e regula alguns aspectos essenciais necessários à finalização do processo de liquidação;
- Um decreto-lei que transpõe a directiva comunitária relativa aos extractos de café e extractos de chicória;
- Um decreto que submete ao regime florestal parcial de simples polícia o Parque Municipal do sítio das Fontes, situado na Freguesia de Estombar, Concelho de Lagoa;
- Uma resolução que delega nos ministros da Administração Interna e da Justiça a competência para determinar a conservação da nacionalidade portuguesa ou conceder a indivíduo ou indivíduos nascidos em território ultramarino que tenham estado sob administração portuguesa e respectivos cônjuges, viúvos ou descendentes;
- Uma resolução que reconduz os membros do conselho de administração da empresa pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, EP, e nomeia um novo membro, Rui Pedro Correia Cabaço Gomes, para a vaga ocorrida pela exoneração, a seu pedido, de António de Lemos Monteiro Fernandes do cargo de vogal do conselho de administração da NAV.

DEPUTADOS DO PORTO QUEREM ESCLARECER RELAÇÕES ENTRE CÂMARA DE VALONGO E CONSTRUTORA

Doze deputados do PS/Porto entregaram no dia 16 no Parlamento cinco requerimentos dirigidos à Câmara do PSD de Valongo, incidindo quatro deles sobre as relações entre a autarquia e a empresa de construção ECOP.

O primeiro dos requerimentos levanta dúvidas sobre a decisão da Câmara de conceder a exploração de um parque de estacionamento subterrâneo no centro da cidade, de forma gratuita e pelo prazo de 50 anos, à ECOP (Empresa de Construção Civil de Obras Públicas). De acordo com os deputados socialistas, a decisão poderá ser de «duvidosa legalidade», já que se atribuem à empresa de construção civil e de obras públicas «direitos de

superfície sobre terrenos do domínio privado municipal e também sobre terrenos de proprietários privados».

Os deputados socialistas questionam se, na atribuição deste direito de superfície, foi realizado algum concurso público e que motivos levaram a Câmara a fazer a escolher a ECOP.

Outras dúvidas dos deputados do PS sobre as relações entre a Câmara e a firma de construção incidem sobre o parque empresarial de campo deste concelho e sobre a participação da autarquia numa empresa privada de âmbito municipal – tem a denominação de OIICV – Operação Integrada de Desenvolvimento do Concelho de Valongo – em que um dos accionistas é precisamente a ECOP.

No primeiro caso, os socialistas pretendem obter esclarecimentos sobre a fundamentação legal que «serviu de base à outorga do protocolo» com a ECOP e se esse mesmo acordo foi submetido a visto prévio ou à fiscalização sucessiva do Tribunal de Contas.

No que respeita à participação da Câmara no capital da OIICV, os deputados socialistas querem que lhes seja enviada uma cópia certificada da assinatura pública para a constituição desta sociedade comercial.

Solicitam-se igualmente elementos sobre o número da inscrição da sociedade na respectiva Conservatória de Registo Comercial e certidão onde se encontrem especificados projectos

desenvolvidos até hoje.

Além de levantarem dúvidas sobre a concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho do Valongo, os deputados do PS querem saber quais os critérios que presidem à atribuição de subsídios às instituições sem fins lucrativos com sede no município.

O PS protesta contra a decisão da Câmara de suspender os subsídios ao Centro Social de Ermesinde (uma instituição privada de solidariedade social), que «presta trabalhos muito relevantes no campo social, apoiando crianças, jovens e idosos, para além de desenvolver

PS QUER COMISSÃO PARLAMENTAR DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O PS apresentou no dia 15 um projecto-lei que prevê a criação de uma Comissão Parlamentar de acompanhamento e controlo da execução orçamental, para «defender a transparência» das contas do Estado.

A acompanhar o projecto de lei – que subiu a plenário para debate juntamente com diplomas similares do PCP, Bloco de Esquerda, PSD e Governo –, os socialistas entregaram um projecto de resolução onde recomendam a criação da referida comissão.

A preparação do debate do Orçamento de Estado (OE), segundo o projecto de lei do PS, continuaria a pertencer à Comissão de Economia, Finanças e Plano, ficando a nova comissão destinada a acompanhar a execução orçamental, podendo dar contributos à preparação do debate do OE. O PS quer ainda redefinir, em termos de prazos, o modelo de discussão e aprovação do orçamento, reforçar os poderes do Tribunal de Contas, melhorar a qualidade do controlo da despesa pública, ficando o Governo obrigado a enviar à Assembleia da República até 15 de Maio um relatório, e instituir auditorias ao sistema de controlo interno.

Para o PS, «é importante reequacionar a função do Parlamento no domínio da corresponsabilidade em matéria de políticas de finanças públicas, devendo este processo iniciar-se com a reelaboração de uma nova lei de enquadramento orçamental, a que deve seguir-se a

aprovação de leis-quadro que regulem os mecanismos de acompanhamento da gestão financeira pública ao nível regional e local».

Acompanhado na conferência de Imprensa pelos deputados Manuel dos Santos e João Cravinho, Hasse Ferreira deixou claro que o Governo e o PS «estão abertos» para discutir com todos os grupos parlamentares «e receber contributos», deixando um especial recado ao PSD.

«Veremos como o PSD se vai comportar neste debate, será mau se se excluir de uma lei tão importante», afirmou Hasse Ferreira, apontando que o projecto de lei laranja para o debate «é igual» ao que foi rejeitado no último debate no hemiciclo de São Bento sobre o mesmo assunto.



EM DEFESA DO BEM PÚBLICO



Maior rigor na utilização dos recursos públicos é a prioridade central da proposta governamental, discutida no dia 15, em plenário parlamentar, e que apresenta um novo

quadro normativo para o controlo da execução orçamental.

O deputado socialista Joel Hasse Ferreira chamou a atenção da Assembleia da República para a necessidade de mais transparência e de um controlo eficaz das contas do Estado.

«E foi com este objectivo que já se começou a adoptar o sistema ABB (Orçamento baseado em actividade) em que se dá uma maior relevância à orçamentação por programas», exemplificou Joel Hasse, garantindo que deste modo é possível estabelecer uma «maior ligação entre os objectivos e os meios utilizados».

Um dos problemas centrais discutidos no Parlamento prende-se com o PIDDAC.

«A forma como o PIDDAC é actualmente debatido em sede de Orçamento aparecemos como abstrusa e até evadida de irracionalidade», disse o deputado do PG/PS, argumentando que «optar entre os reforço de verbas para um centro de saúde de Carrazeda ou o aumento de recursos para uma colectividade de Fafe (...) é um trabalho que exige uma capacidade e um conhecimento do terreno que ultrapassa largamente as possibilidades de qualquer debate».

O que parece relevante que um Parlamento nacional discuta no âmbito do Orçamento

de Estado são, segundo Joel Hasse Ferreira, as orientações e as concretizações da estratégia económica, no plano sectorial e no âmbito regional, dos investimentos públicos que o Estado promove, em conjugação com os fundos europeus e eventualmente com recursos privados.

«Dá a necessidade de se clarificar toda a articulação entre programas, projectos e medidas a que se procede na nova Lei de Enquadramento Orçamental», defendeu. Neste sentido e contrariando a proposta laranja, a bancada socialista considera não ser possível «rigidificar» daquela maneira o funcionamento e o controlo do PIDDAC, sob pena de dificultar a sua exequibilidade. Quanto ao projecto do PCP, o parlamentar do PS sublinhou os aspectos concordantes com a proposta do Governo, abrindo excepção para a ideia comunista de limitar a Lei de Enquadramento Orçamental ao sector público administrativo.

Joel Hasse mostrou-se convicto de se poder chegar, no âmbito do debate parlamentar, a uma nova lei que simultaneamente melhore a transparência e a qualidade dos controlos orçamentais, integrando ainda os aspectos fundamentais do Orçamento da Segurança Social.

Neste contexto, disse, «a Assembleia da República passará a ter um papel muito mais importante, nomeadamente no acompanhamento e controlo da execução orçamental, bem como no debate de apreciação dos compromissos plurianuais do Estado, sob as mais diversas formas, das *scut's* ao *leasing*».

MARY RODRIGUES

DEPUTADA ANA CATARINA MENDES

Pessoas com vida em comum

MAIS UM PASSO NA CONSOLIDAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE



«Ao apresentarmos o projecto de lei 105/VII, que adopta medidas de protecção das pessoas que vivem em economia comum, estamos a dar um passo em frente na

consolidação do princípio da igualdade consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa», afirmou no dia 14 a deputada do PS Ana Catarina Mendes. Na sua intervenção no Parlamento, Ana Catarina Mendes salientou que o projecto do PS «pretende tão-só conferir protecção legal a um conjunto de relações interpessoais, com "absoluta irrelevância da orientação sexual", distinguindo-se, assim, do regime aplicável às uniões de facto».

Nestes termos, adiantou, «os traços objectivos identitários – vida em comum – será condição suficiente para facultar às pessoas interessadas a fruição dos direitos que a situação justifica».

Estabelece-se, esclareceu, «um regime jurídico específico da protecção de duas pessoas que vivam em economia comum, há mais de dois anos».

Tabu e preconceito

Segundo referiu a parlamentar socialista, este é um projecto que consagra, em primeiro lugar, «o direito à privacidade e à



igualdade, neutro em relação às orientações sexuais de cada um, abstendo-se de se imiscuir na esfera privada, respeitando-a». Em segundo lugar, o diploma consagra «a solidariedade para com os que mais necessitam de apoio da sociedade perante a perspectiva da solidão».

E, em terceiro lugar, «a igualdade de oportunidades que deve ter expressão legal e ser cumprida dando corpo ao imperativo da dignidade social e à liberdade individual». «A sociedade civil exige de nós que saibamos acompanhar as transformações sociais sem ficarmos tolhidos pelo tabu e pelo preconceito», sublinhou.

J. C. CASTELO BRANCO

DIREITOS E LIBERDADES

Casais homossexuais

ESQUERDA UNIDA PELA ECONOMIA COMUM

Os partidos de esquerda aprovaram na passada quinta-feira, dia 15, no Parlamento, um requerimento do PS para que os projectos sobre economia comum e uniões de facto homossexuais baixassem à comissão sem votação pelo período de um mês para debate na especialidade.

O requerimento passou com os votos a favor do PS, PCP, Bloco de Esquerda e do partido ecologista «Os Verdes» e os votos contra do PSD e CDS/PP.

O PS decidiu no mesmo dia, após a reunião da bancada socialista, aceitar a proposta avançada recentemente pelo BE no sentido de todos os diplomas baixarem à comissão sem votação.

Assumiu também o compromisso exigido pela esquerda parlamentar de os diplomas permanecerem em sede de comissão apenas um mês, período findo o qual o texto final – «onde se procurará obter o maior consenso possível», garantiu a

deputada socialista Ana Catarina Mendes –, subirá novamente a plenário.

Ao contrário do que a esquerda parlamentar pretendia, não ficou garantido, contudo, que no texto final venham a ser consagrados com clareza os direitos das pessoas do mesmo sexo que vivam em união de facto.

A deputada socialista Ana Catarina Mendes afirmou que há abertura para «melhorar» em sede de especialidade alguns aspectos do diploma da JS (que regula o regime de economia comum).

«Somos intransigentes na não intromissão do Estado na intimidade de cada um, continuando a afirmar que o fundamental é garantir os direitos dos cidadãos independentemente da sua orientação sexual», sublinhou.

O PCP e o BE, por seu lado, garantiram que em comissão vão voltar a bater-se pela consagração das uniões de facto entre gays.

DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Política de emprego público

PESADELO COR-DE-LARANJA



O deputado socialista Artur Penedos denunciou, no dia 14, na Assembleia da República, a confusão e a ânsia de poder a qualquer preço reinantes no seio do

PSD.

Falando no debate parlamentar sobre política de emprego público, Penedos defendeu um conceito de modernização da Administração Pública que passa pela adopção de novas formas de gestão e pela mobilização dos funcionários.

Numa referência às críticas do partido laranja ao acordo salarial de 3,7 por cento para a Função Pública conseguido pelo Governo, o parlamentar do PS não deixou de chamar a atenção para a posição recentemente tomada pública pelo ministro-sombra do PSD para o sector financeiro, Tavares Moreira, e de imediato contrapostas por outros dirigentes designados por Durão Barroso para funções idênticas.

Assim, Artur Penedos afirmou que o Parlamento exige a clarificação das perplexidades que os porta-vozes do PSD vêm instalando na sociedade portuguesa.

«A interrogação que legitimamente se coloca aos portugueses, face às declarações do ministro-sombra, é a de saber se com o PSD a governar os trabalhadores teriam conseguido ver repostas as suas perdas salariais», declarou, acrescentando de imediato que o GP/PS está satisfeito pelo facto do Governo ter celebrado «um acordo salarial para 2001 que vai muito além das questões salariais».



«Foi um trabalho árduo de concertação social que valeu a pena», reiterou.

Para Artur Penedos, com os aumentos salariais de 3,7 por cento o Executivo socialista «cumpriu escrupulosamente os compromissos que assumiu publicamente com os trabalhadores da Função Pública». Esta variação positiva dos ordenados dos funcionários do Estado reflecte, no entender do deputado do PS, o reconhecimento do papel desempenhado por estes profissionais e a clara intenção de lhes repor um efectivo poder de compra.

«Por isso, não podemos compreender o PSD», exclamou Penedos, qualificando a gestão laranja desta matéria como demagógica e carente de rigor.

Reafirmando a convicção socialista de que o acordo salarial da Administração Pública é bom para os trabalhadores e para o País, Artur Penedos concluiu esclarecendo uma persistente confusão laranja.

«Os portugueses já não acreditam nos monstros que gravitam no nosso País, mas acreditam cada vez mais nos monstros que habitam o imaginário do PSD», disse.

MARY RODRIGUES

JUSTIÇA

Aprovados projectos

CRIME DE ABUSO SEXUAL DE MENORES TORNADO PÚBLICO

Os projectos de lei do PS e Partido Ecologista «Os Verdes» que tornam público o crime de abuso sexual contra crianças, sobretudo quando praticados no seio familiar, foram aprovados na generalidade, no dia 15, na Assembleia da República.

O diploma dos socialistas passou com a abstenção do PSD e o voto a favor das restantes bancadas, enquanto o do PEV foi aprovado com os votos a favor do PS, BE e PCP e a abstenção do PSD, CDS/PP e do deputado socialista Vera Jardim.

Ambos os diplomas defendem que os crimes sexuais sobre menores praticados no seio familiar devem passar a crimes públicos – em que o Ministério Público (MP) pode actuar sem necessidade de queixa da vítima ou seu representante, que é muitas o próprio agressor.

A diferença é que enquanto o PS dá natureza de crime público aos abusos

sexuais praticados por qualquer pessoa (já fora da família) sobre menores de 12 anos, o PEV alarga este limite para 14 anos.

Aprovado foi também o projecto de lei do PCP – com a abstenção do PSD, CDS/PP e PS, e os votos favoráveis das restantes bancadas – que incide essencialmente sobre os crimes de tráfico sexual de pessoas, mantendo como crime semi-público os abusos sexuais sobre menores. Os comunistas defendem a manutenção do actual regime, ou seja, se a vítima tem mais de 16 anos, é necessário existir uma queixa para se dar início a um processo judicial. Se tiver idade inferior, é o MP que avalia a oportunidade de uma acção judicial com base no interesse da criança. Os projectos de resolução do BE e CDS/PP que recomendam a adopção de medidas de combate aos maus tratos e abuso sexual sobre menores foram igualmente aprovados.

AJUDAS DA PAC DEVEM FAVORECER AGRICULTURA EXTENSIVA

A crise das vacas loucas veio pôr o dedo na ferida. É preciso uma inflexão na política agrícola da União Europeia.

As ajudas da Política Agrícola Comum (PAC) devem reorientar-se para favorecer um modelo de produção extensivo, face aos pedidos dos consumidores e dos contribuintes, defendeu no dia 17 o comissário europeu da Agricultura, Franz Fischler. Numa entrevista publicada no dia 17 pelo diário francês «Libération», Fischler garantiu que o modelo da PAC adoptado desde a sua criação em 1962 «não está



morto, mas já não é suficiente». «O sistema agrícola tem de ser sustentável económica, ecológica e socialmente», sublinhou.

Acrescentou que, por isso, «é necessário reorientar as ajudas públicas para favorecer a agricultura extensiva e incitar os agricultores a uma diversificação».

O comissário europeu adiantou que os contribuintes vão cada vez mais pedir contas aos agricultores, perguntar o que fazem com os dinheiros que recebem. Fischler admitiu que a reforma da PAC é «um processo delicado», não visa

«impor um novo modelo brutalmente» e vai ser oferecido algo aos agricultores. Sublinhou que a França já o fez e utiliza a possibilidade prevista na Agenda 2000 de reorientar uma parte das ajudas directas para o meio ambiente.

Relativamente à possibilidade de conceder ajudas aos proprietários de explorações de gado afectadas pela crise das vacas loucas, o comissário Fischler afirmou que essas propostas são necessárias para fazer face à crise imediata, mas que terá de se conseguir uma redução no volume de carne bovina nos próximos dois anos.

LUZ VERDE À ALIANÇA NO BRASIL ENTRE PT E TELEFÓNICA

A Comissão Europeia deverá dar luz verde, até 13 de Março, à aliança no Brasil da Telecom Portugal e da Telefónica (Espanha).

Uma fonte comunitária disse, em Bruxelas, que, «se a Comissão Europeia não receber comentários ao negócio, a fusão será aprovada até 13 de Março».

A mesma fonte pensa que as autoridades europeias responsáveis pela concorrência não vão colocar problemas à operação, «visto o negócio se realizar no Brasil e não na União Europeia».

Bruxelas anunciou ter recebido a notificação formal da proposta de operação de «concentração» pela qual as empresas (espanhola) Telefónica SA e a Portugal Telecom SA constituem uma «joint-venture» no Brasil.

Bruxelas tem um mês para verificar se a operação não vai contra as regras comunitárias de concorrência, como a criação de uma posição dominante no mercado, o que poderia ser prejudicial para os consumidores ou outras empresas europeias.

A Comissão abriu um processo simplificado para analisar este caso, o que indicia que, em princípio, não serão levantados

obstáculos ao negócio.

Os presidentes da Portugal Telecom (PT) e da Telefónica assinaram, a 26 de Janeiro, no Rio de Janeiro (Brasil), o acordo que formaliza a aliança que estabeleceram para o Brasil.

A «holding» que resulta da operação reunirá as participações das duas empresas de telecomunicações no sector móvel no Brasil e deverá estar operacional em 2002. Francisco Murteira Nabo, presidente da Portugal Telecom, exprimiu na altura a convicção de que a holding poderá estar operacional já no próximo ano.

A holding da PT e da Telefónica para prestar serviços de telefone móvel no Brasil está avaliada em 10 mil milhões de dólares americanos.

A nova empresa a criar agrupará todos os activos actuais no Brasil das duas empresas. Terá uma base de 9,3 milhões de clientes, de um total de 23,2 milhões, segundo dados da Anatel, entidade reguladora do mercado de telecomunicações do Brasil.

Actualmente, as operadoras que integram a nova empresa têm quotas de mercado superiores a 60 por cento nos segmentos em que estão presentes.

PROJECTO DE CARLOS LUÍS CONCEDE MAIS CIDADANIA A EMIGRANTES PORTUGUESES

O deputado do PS eleito pelo círculo da Europa, Carlos Luís, prossegue o seu notável trabalho em prol dos emigrantes portugueses no Velho Continente.

Ao longo dos anos, quer em intervenções, quer em iniciativas, quer ainda em contactos pessoais, Carlos Luís tem-se revelado um deputado sempre presente em defesa dos direitos das comunidades portuguesas.

Neste contexto, surgiu mais uma iniciativa do deputado socialista que reforça os direitos de cidadania dos nossos emigrantes.

Assim, de acordo com um projecto de recomendação do deputado Carlos Luís, aprovado pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), os emigrantes e residentes estrangeiros que vivem nos países membros do Conselho da Europa vão ter o direito de votar e de ser eleitos para as autarquias locais.

Marco histórico no aprofundamento da cidadania

Para o camarada Carlos Luís, a aprovação do seu projecto «é um marco histórico no aprofundamento da cidadania e na



participação pública dos portugueses» que residam nos 43 países que integram o Conselho da Europa.

«Depois de muitos anos, a participação dos imigrantes na vida pública tem-se progressivamente construído em diversos domínios, mas a participação política tem suscitado sempre grandes polémicas», lê-se no documento. **J. C. CASTELO BRANCO**

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



ESTRASBURGO

Eurodeputados socialistas

SEGURO SAÚDA ACORDO GLOBAL ENTRE A UE E O MÉXICO

O camarada António José Seguro saudou no dia 15, no plenário de Estrasburgo do Parlamento Europeu (PE), o acordo global entre a União Europeia (UE) e o México e apelou a um entendimento para a resolução do conflito de Chiapas.

«Um dos acordos mais ambiciosos até hoje subscritos pela União Europeia.» Esta foi a expressão usada pelo presidente da delegação do PE para as Relações com a América Central e México, para caracterizar o acordo global UE/México sobre parceria económica, concertação social e cooperação.

Segundo sublinhou o eurodeputado socialista, este acordo estabelece as bases para o estreitamento das relações entre as suas partes envolvidas, criando um corpo jurídico que permitirá a aproximação de dois povos que partilham valores comuns. Seguro apelou à Comissão Europeia para que proceda a uma avaliação no terreno das potencialidades do acordo e que os seus resultados sejam divulgados aos vários interessados.

O eurodeputado socialista apelou ainda às partes envolvidas no conflito de Chiapas para que intensifiquem os esforços no caminho do diálogo, de forma a pôr termo



a uma situação anacrónica e imprópria da nossa civilização.

Ajuda da UE às vítimas das inundações em Portugal

Os eurodeputados socialistas apresentaram, no plenário de Estrasburgo, uma resolução sobre as inundações que ocorreram em Portugal em Janeiro, à qual

se associaram outras forças políticas do PE.

Na resolução, aprovada no dia 15, o PE apela à Comissão Europeia para que conceda um apoio financeiro excepcional que complemente os meios postos ao dispor pelas entidades portuguesas no sentido de dar resposta às necessidades urgentes das populações mais afectadas e enaltece os esforços realizados pelas autoridades portuguesas envolvidas nas operações de auxílio.

O eurodeputado socialista Carlos Lage, numa intervenção no plenário, considerou que o pedido inscrito na resolução não poder ser visto como uma atitude miserabilista, uma vez que, lembrou, «o Governo português não faltou com apoios às vítimas das intempéries». Trata-se antes, salientou, «de solicitar e de fazer funcionar a solidariedade da União Europeia».

Integração da Turquia na UE

A eurodeputada socialista Maria Carrilho considerou no dia 14, no plenário de Estrasburgo do PE, estarem reunidas as condições para se progredir no sentido da

integração da Turquia na União Europeia. Segundo a camarada Maria Carrilho, a Turquia «mantém actualmente um elevado grau de interpenetração económica com a União, e integra a NATO, no seio da qual existe uma longa tradição de conhecimento mútuo dos países membros da mesma aliança».

Planos de estabilidade na Irlanda e França

A eurodeputada socialista Helena Torres Marques afirmou no dia 15, em Estrasburgo, que o crescimento económico da União Europeia no seu todo, bem como o de cada um dos seus Estados-membros, a um ritmo importante, exigem, por parte da Comissão Europeia, «uma maior atenção a outros aspectos que não apenas o cumprimento dos critérios de Maastricht, sobretudo o da inflação». A camarada Helena Torres Marques, que intervinha no plenário do PE, no âmbito de uma pergunta oral sobre os planos de estabilidade económica na Irlanda e França, sustentou que a Comissão Europeia não deverá falar apenas da estabilidade e esquecer o plano de crescimento da UE. **J. C. CASTELO BRANCO**

CONSUMIDORES

Comissão Europeia anuncia

MAIS FÁCIL APRESENTAR QUEIXAS FINANCEIRAS ENTRE ESTADOS-MEMBROS

A Comissão Europeia anunciou a criação de uma rede para resolver as queixas transfronteiriças dos consumidores, que irá permitir aos cidadãos apresentar reclamações contra os serviços financeiros de qualquer país comunitário.

A rede permitirá solucionar os litígios no mercado interno entre consumidores e prestadores de serviços que se encontram estabelecidos num Estado-membro da União Europeia que não aquele no qual reside o queixoso.

Envolvendo 35 sistemas nacionais, entre os quais os portugueses Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa e a Comissão do Mercado de Valores Imobiliários, o novo sistema comunitário envolve sectores como a banca e os seguros, considerados os mais problemáticos em matéria de queixas, e os organismos de defesa dos consumidores nacionais.

«A dificuldade de obtenção de recurso extrajudicial constitui um obstáculo no desenvolvimento dos serviços



transfronteiriços, em especial no sector dos serviços financeiros, que é susceptível de comprometer o desenvolvimento do comércio electrónico», explica Bruxelas. A decisão da Comissão Europeia tem em

conta a crescente procura de organismos para a resolução de litígios ligados ao consumo, que não envolvam acções judiciais formais, dada a «gama de sofisticação dos serviços à disposição dos

consumidores europeus e o desenvolvimento do comércio transfronteiriço», uma oferta e procura que irá aumentar com a introdução do euro.

Perante a apresentação de uma queixa, o consumidor é posto em contacto com o sistema de resolução de litígios do país de origem do fornecedor, através do organismo de defesa do seu país, sendo os serviços grátis ou de baixos custos.

«Os consumidores pretendem assegurar-se que as transacções transfronteiriças serão livres de quaisquer problemas. A existência de métodos rápidos, eficientes e baratos para a resolução de litígios é essencial para o fomento do desenvolvimento de um verdadeiro mercado a nível europeu no sector dos serviços financeiros de retalho», justificou o comissário para o mercado interno, Frits Bolkestein.

Para ajudar na solução dos problemas, Bruxelas publicou ainda um guia explicativo de «Como fazer valer os seus direitos no Mercado Único Comum», que se encontra disponível no «site» <http://europa.eu.int/citizens>.

SOLIDARIEDADE

Apoio a carenciados

IPPS E MISERICÓRDIAS TERÃO 141 MILHÕES DE CONTOS

O Estado vai conceder em 2001 mais de 140 milhões de contos às instituições da sociedade civil para apoio aos mais desfavorecidos.

O anúncio foi feito, no dia 20, em Lisboa, pelo gabinete do ministro Ferro Rodrigues. De acordo com a mesma fonte, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade vai atribuir às instituições particulares de solidariedade social (IPSS), misericórdias e associações mutualistas uma verba de 141 milhões de contos para apoio aos 535.174 utentes das três áreas de intervenção da Rede Solidária – infância e juventude, terceira idade e deficiência e reabilitação.

A atribuição das comparticipações, que ficou ontem estabelecida em protocolo assinado entre o Governo, as uniões das misericórdias e das mutualidades e as IPSS, consagra mais 23 milhões de contos relativamente ao apoio prestado em 2000 e abrange um leque de mais 34.320 beneficiários.

O aumento da comparticipação financeira do Estado é «uma consequência da inflação, do aumento do número de beneficiários e das exigências efectuadas aos parceiros sociais no sentido de concretizar a melhoria dos serviços», garante o gabinete ministerial.

«O protocolo de cooperação prevê uma gama de procedimentos com os quais se procura melhorar a articulação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade



e a instituições e consagra a obrigação destas em melhorar a qualidade e a eficácia dos serviços que prestam e a garantia da equidade e da justiça social no relacionamento com os cidadãos», acrescenta.

O crescimento de cerca de 20 por cento das verbas a atribuir às instituições da sociedade civil são superiores ao aumento médio do orçamento da acção social, cujo crescimento para este ano é de 16 por

cento.

O acordo entre o Estado e instituições da sociedade civil para apoio aos mais desfavorecidos «é o instrumento adequado» de auxílio a quem mais precisa, considerou, terça-feira, o presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

«O acordo, que regula a cooperação entre o Estado e as instituições da sociedade civil, sustenta as preocupações do

Governo relativamente à acção social bem como prevê as respostas que podem ser dadas pela sociedade civil, uma forma de chegar com maior rapidez a quem mais precisa», afirmou o padre José Maia.

Em declarações à Imprensa, Maia congratulou-se com a proposta do Governo em apontar a necessidade de diversificar as respostas sociais aos idosos, uma medida que diz estar em «perfeita harmonia com o que a União tem defendido» e que terá como consequência a abertura de centros de noite e o aumento do apoio domiciliário, nomeadamente ao fim-de-semana.

O prelado disse também que o acordo contempla inovações que tornarão «mais eficazes» as respostas sociais na medida em que ficará contemplada a possibilidade de as instituições poderem «organizar-se em função das necessidades das comunidades», apresentando projectos que serão avaliados e, eventualmente, apoiados, pelos centros distritais de Solidariedade e Segurança Social.

Apesar dos aspectos positivos do acordo, José Maia considera, no entanto, «absolutamente necessário» regulamentar a diferenciação positiva – dar mais a quem mais precisa – até ao final de Setembro deste ano por forma a «garantir a existência efectiva de igualdade de acesso aos equipamentos sociais por parte das pessoas carenciadas».

PATRIMÓNIO

Infra-estruturas

RECUPERAÇÃO CONTARÁ COM 2,4 MILHÕES DE CONTOS

A Serra da Estrela e Vale do Côa vão beneficiar de mais de 2,4 milhões de contos em projectos de recuperação e infra-estruturas, homologados, no dia 16, pela ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, em Linhares da Beira.

Os investimentos vão ser repartidos nos projectos «Aldeias Históricas», «Pinhal Interior», Serra da Estrela e Vale do Côa, que incluem recuperação patrimonial, criação de feiras gastronómicas, construção de equipamentos de lazer e estradas.

As «Aldeias Históricas» de Linhares da Beira, Castelo Novo (concelho de Fundão) e Castelo Rodrigo (concelho de Figueira de Castelo Rodrigo) vão receber mais de um milhão de contos, comparticipados em 70 por cento pelo Fundo Europeu para o

Desenvolvimento Regional (FEDER). Em Linhares da Beira está já em curso a adaptação a pousada dos antigos solares «Corte Real e Casa Brandão Melo».

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, que acompanhou Elisa Ferreira, homologou um acordo entre a Câmara de Celorico da Beira, proprietária dos imóveis, e a Empresa Nacional de Turismo (Enatur) que prevê a exploração por esta empresa pública do complexo após sua conclusão.

Em Castelo Rodrigo vão ser gastos 41 mil contos na recuperação de fachadas e mais de 15 mil em acessos, enquanto em Castelo Novo 139 mil contos irão para infra-estruturas de telecomunicações e electrificação.

Os projectos aprovados sexta-feira para a Serra da Estrela prevêem o investimento

total de 662 mil contos com uma taxa de comparticipação comunitária (FEDER) de 58 por cento.

Para o Vale do Côa vão cerca de 440 mil contos comparticipados pelo FEDER em 70 por cento, para a construção de um cais turístico-fluvial em Barca D'Álva (concelho de Figueira de Castelo Rodrigo) onde vão ser gastos 278.029 contos, a realização de uma feira em Pinhel e Trancoso.

O projecto inclui também a realização da reemersão do rio Côa na Canada do Inferno (Parque Arqueológico), obra promovida pelo Instituto Português do Património Artístico e Arqueológico (IPPAR) em que vão ser investidos 95 mil contos.

Para o «Pinhal Interior», designadamente nos concelhos de Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Oleiros, foram aprovados projectos no valor de 244.761

comparticipados no seu conjunto por fundos comunitários (FEOGA e FEDER) em 71 por cento.

No concelho de Góis serão beneficiados 35,7 hectares de pinheiro bravo e 1,5 quilómetros de redes viárias.

Na Serra da Lousã será criado um «Núcleo de Gastronomia e Doçaria» e será construída uma estrada panorâmica em Trevim.

O Governo vai gastar 33 mil contos para arrancar 400 árvores por hectare no concelho de Oleiros, pretendendo a «requalificação da praia fluvial do Açude Pinto» e o controlo da vegetação espontânea.

No concelho de Pampilhosa da Serra foi contemplada a estrada da Ponte do Feijão ao Alto da Castanheira com um investimento previsto de 84 mil contos.

HOSPITAIS CUMPRIDORES «PREMIADOS» COM 500 MIL CONTOS

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, anunciou, no dia 20, em Santarém, que os 16 hospitais que melhor cumpriram o programa para redução das listas de espera vão receber 500 mil contos para aquisição de equipamento. Num balanço do Programa de Promoção do Acesso (PPA) relativo ao ano 2000, que Manuela Arcanjo classificou como «um êxito», a governante destacou os 11 hospitais que tiveram uma elevada taxa de realização e um elevado número de cirurgias e os cinco que, embora não tenham obtido boas taxas, conseguiram operar mais de 250 pessoas em espera.

Dos restantes 48 hospitais que aderiram ao PPA, alguns ficaram-se por uma taxa de execução da ordem dos 40 a 50 por cento e os que ficaram abaixo desse valor não terão uma sanção mas uma reunião com Manuela Arcanjo e o responsável da respectiva sub-região de saúde para «compreender» a razão do insucesso.

Antes dessa reunião, a ministra recusa-se a identificar os não cumpridores, explicando que seria «injusto» fazê-lo sem conhecer as suas razões.

A conferência de imprensa de balanço do PPA decorreu no Hospital Distrital de Santarém, por ter sido aquele que melhor cumpriu o programa, realizando mesmo mais cirurgias do que aquelas que se havia proposto.

Quanto às cifras do PPA 2000, Manuela Arcanjo explicou o número de cirurgias que ficaram por cumprir – das 26.511 contratualizadas realizaram-se 17.108 (65 por cento) – nomeadamente com o facto de o programa só ter entrado em funcionamento pleno no final do primeiro semestre (apesar de os 34 hospitais que haviam aderido em 1999 estarem já a operar, os 30 que aderiram em 2000 só começaram nessa altura).

Referiu igualmente a entrada em funções de uma «nova equipa política», o facto de alguns utentes terem recusado ser operados num hospital diferente daquele em que estavam inscritos e de outros terem pedido adiamento (por se aproximar o Natal ou até a época de caça) para explicar os números hoje anunciados.

Por outro lado, a ministra explicou a baixa taxa (17 por cento) do PPA nas Misericórdias e União das Mutualidades com o facto de os protocolos só terem sido assinados no último trimestre de 2000, além de que, tanto o sector social como o privado, funcionarão como complementares, já que, fez questão de vincar, o Serviço Nacional de Saúde é o



«instrumento fundamental».

A governante disse ainda que o atraso se deveu também a que as sub-regiões de saúde têm de verificar as «condições técnicas e físicas» dessas unidades de saúde.

Segundo esclareceu, se há «atenuantes» para explicar a taxa de 2000 «já não são aceitáveis as mesmas razões para 2001», estando para publicação, ainda esta semana, os despachos para dar arranque à referenciação para os sectores social e privado.

«Vencedores» satisfeitos

Os hospitais que vão dividir os 500 mil contos do prémio pelo desempenho na aplicação do programa de combate às listas de espera para cirurgias (PPA 2000) receberam a notícia com agrado.

Em declarações à Imprensa, responsáveis de alguns dos 16 hospitais «premiados» salientaram que o dinheiro ajudará muito, embora não resolva tudo.

Com 1.093 operações cirúrgicas realizadas (102 por cento), o Hospital de Santarém foi o que melhor desempenho obteve na aplicação deste programa.

O Hospital Distrital de Águeda obteve o segundo melhor desempenho, com 690 cirurgias feitas, o que representa 100 por cento dos objectivos propostos.

A dimensão desta unidade de saúde – 124 camas, 33 médicos e 90 enfermeiros – faz com que o seu director clínico, José Branha, tenha afirmado, em relação ao Hospital de Santarém – que conta com 191 médicos e 349 enfermeiros – os resultados

obtidos até estão subvalorizados.

José Branha revelou que recebeu a notícia do prémio dos 500 mil contos com satisfação, embora ressalve que «o número de intervenções feito não foi por qualquer prémio».

Esta unidade de saúde tem a seu cargo cerca de 90 mil habitantes. Quando receber o montante do prémio, logo verá como o aplicará. É que, para o corrente ano, os projectos já estão dotados de orçamento. Na quarta posição – seguindo o Hospital de Braga –, o Instituto Oftalmológico Gama Pinto recebeu a notícia do prémio com «uma grande alegria».

O director desta instituição de saúde, Paulo Ramalho, disse que é com «a maior satisfação» que encontra o nome do instituto que dirige no conjunto dos eleitos para dividir um prémio de 500 mil contos. E projectos não faltam para aplicar o montante que resulta das 215 intervenções cirúrgicas realizadas ao abrigo do PPA, nomeadamente a nível de equipamento técnico, onde as necessidades são mais sentidas.

Nesta unidade de saúde – que é o único hospital oftalmológico no País – as carências financeiras impedem os necessários investimentos.

«Chegam pessoas de todo o País e não temos coragem de não as atender», desabafou à o director do instituto. A adesão ao PPA não foi total, embora se tenha revelado «uma boa resposta».

Com a quarta posição no ranking dos hospitais com melhor desempenho no âmbito da aplicação do PPA/2000, o Instituto Oftalmológico Gama Pinto realizou

no ano passado, ao abrigo deste programa, 215 cirurgias. Ou seja, 86 por cento das propostas.

Anualmente, esta instituição realiza milhares de intervenções que reflectem os principais problemas oftalmológicos em Portugal: cegueira causada pela diabetes, o glaucoma ocular e as patologias próprias de idades avançadas.

Outras instituições foram contempladas por este prémio: hospitais de Viseu, Castelo Branco, Santo António (Porto), Beja, Viana do Castelo, Garcia de Orta (Almada) e do Barlavento (Portimão).

O Ministério da Saúde decidiu ainda contemplar outras unidades que se destacaram, apesar de apresentarem taxas de realização inferiores.

Entre estas consta o Hospital de Santa Marta, em Lisboa, cuja administradora, Isabel Pinto Monteiro, disse que este tipo de compensação é «muito importante».

O montante – ainda por definir – será aplicado em «equipamento e acções de formação junto do pessoal que proporcionou tão bom desempenho», disse.

O Hospital de Santa Marta conta com uma média de seis mil internamentos por ano e, a nível das consultas externas, totaliza cerca de 70 mil.

O Centro Hospitalar de Coimbra, Hospital de Guimarães, Hospitais da Universidade de Coimbra e o Hospital Curry Cabral foram as outras instituições contempladas.

Balanço positivo e aumento de preços

As tabelas de preços das operações sofrerão um aumento. O anúncio foi feito, no dia 19, em Lisboa, pela ministra da Saúde, como resposta a uma das principais críticas apontadas ao programa de recuperação das listas de espera.

A decisão de Manuela Arcanjo, apresentada durante a divulgação dos resultados do Programa de Promoção do Acesso em 2000, de recuperação das listas de espera, veio de encontro às dificuldades reiteradas pela Ordem dos Médicos e pela Federação Nacional dos Médicos, ainda que com perspectivas diferentes.

O facto é que, segundo a própria governante, o valor das tabelas de preços foi um dos motivos invocados por 50 por cento dos hospitais que não aderiram ao programa.

Quanto aos resultados do PPA, considerado «um êxito» pela tutela, a recepção por parte dos parceiros do sector foi dispar.

Para o bastonário da OM, a realização de 17.108 intervenções de um total de 26.511 contratualizadas – tanto com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), como com o sector privado e convencionado – indica um resultado «francamente positivo».

SEGURANÇA RODOVIÁRIA EM BREVE NAS ESCOLAS

O Governo está a preparar a introdução de um módulo sobre Segurança Rodoviária na disciplina de Educação Cívica que é ministrada nas escolas portuguesas, revelou no dia 16, em Braga, o ministro da Administração Interna Severiano Teixeira. «Estão em fase de conclusão as negociações nesse sentido com o Ministério da Educação», afirmou, salientando que só a educação cívica dos jovens permitirá diminuir, no futuro, a sinistralidade nas estradas.

O governante falou aos jornalistas no final da inauguração da Escola Municipal de Educação Rodoviária de Braga, cerimónia em que participaram também o secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira, e o presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado.

A Escola de Braga integra um vasto conjunto de estruturas semelhantes que vão ser construída em todo o país, por iniciativa da Direcção-Geral de Viação e das Câmaras Municipais.

O ministro e o presidente da Câmara deram um passeio pela pista de condução, nos triciclos que serão utilizados pelos jovens nas aulas práticas ali ministradas.

Na sua alocução às crianças de uma Escola de Braga presentes no local, Severiano Teixeira lembrou que a política de segurança rodoviária passa quer pela fiscalização rigorosa do cumprimento das regras quer pela educação e pela



prevenção dos cidadãos.

«A formação dos jovens neste domínio, para que um dia quem melhor que os adultos de hoje, é uma das grandes preocupações do Governo, porque temos de diminuir os desastres», afirmou, salientando que embora haja que melhorar as estradas o civismo na condução é fundamental.

A Escola Municipal de Educação Rodoviária situa-se na Quinta da Veiga, na Freguesia de São Vicente, sendo composta

por um espaço coberto e por outro ao ar livre, neste caso uma pista de simulação. Foi criada pelo Município no início do ano lectivo 1999/2000, embora sem espaço físico apropriado, razão porque vinha ocupando provisoriamente as instalações da Videoteca Municipal.

Resultado de uma parceria com a Direcção-Geral de Viação, que participou no financiamento da nova estrutura, dirige-se particularmente a uma população-alvo a ultrapassar os 15 mil

alunos, oriundos das escolas do primeiro ciclo (8.222) e do segundo ciclo (5.300) do Ensino Básico e também da Educação Pré-Escolar (1.783).

A Escola vai funcionar de Outubro a Junho, encerrando durante os normais períodos de interrupção das actividades lectivas do Ensino Básico.

Ações de formação

O seu funcionamento obedece a um calendário que o coordenador do projecto elabora em concertação com a comunidade docente do concelho, por forma a permitir uma cobertura total da população-alvo e uma ocupação maximizada da nova infra-estrutura.

Cada acção de formação deverá comportar um máximo de 25 alunos e nunca deverá exceder um período de hora e meia, permitindo, assim, acolher dois grupos durante a manhã e outros dois durante a tarde.

Compreende uma parte teórica - previamente preparada através de literatura remetida para o efeito à respectiva escola - e uma parte prática, esta na pista de simulação, que proporcionará as mais vulgares situações de circulação rodoviária e pedonal.

Nesta pista de simulação os alunos vão experimentar a situação de condutores e de peões, estando a Escola de Educação Rodoviária equipada com bicicletas e «automóveis».

CAPOULAS PEDE A COMISSÃO EUROPEIA PARA ESCLARECER NÚMERO DE CASOS

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, solicitou ao comissário europeu para a Protecção dos Consumidores que diligencie no sentido da Comissão esclarecer os dados sobre o número de bovinos com BSE em Portugal.

Em carta enviada no dia 16 a David Byrne, Capoulas Santos pede-lhe que «diligencie, com urgência, no sentido de que os dados publicamente divulgados pela Comissão sejam esclarecedores, única forma de evitar confusões e alarmismos desnecessários».

De acordo com dados divulgados em Bruxelas pela Comissão Europeia, a incidência da BSE tinha aumentado em Portugal.

Os números foram desmentidos por



Capoulas Santos, que se declarou «profundamente indignado» e garantiu ter havido em Janeiro «apenas um caso

positivo de BSE».

Na missiva dirigida ao comissário europeu para a Protecção dos Consumidores, o ministro da Agricultura declara ter sido «surpreendido» com a notícia citando fontes da Comissão e referindo a existência de 19 novos casos de BSE em Janeiro do corrente ano.

«Ora, como é e é facilmente comprovável pelos dados de que a Comissão dispõe e que são os que as autoridades portuguesas lhe facultam, em Janeiro de 2001 apenas se verificou a existência de um caso, de acordo com as análises confirmadas até esta data», assinala.

Capoulas Santos adianta tratar-se de «um animal nascido em 6 de Fevereiro de 1994 e cuja morte ocorreu em 10 de Janeiro de 2001».

O ministro acrescenta que «os dados a que a Comissão se refere dizem certamente respeito a casos que já estão contabilizados nos meses de Novembro e Dezembro do ano 2000, mas que só em Janeiro de 2001 foram laboratorialmente confirmados, tendo em conta o período de um a dois meses necessários para a realização das análises, segundo o método clássico».

E realma que todos os dados «constam das notificações remetidas pelas autoridades portuguesas».

Capoulas Santos considerou «estranho» que a Comissão Europeia cometa «um engano» pela segunda vez consecutiva este ano, em vésperas da votação do levantamento do embargo à carne de vaca portuguesa.



Albufeira

Câmara entrega 134 mil contos a clubes e colectividades

A Câmara de Albufeira vai distribuir cerca de 134.500 contos (672.500 euros) em apoios para a actividade dos clubes e colectividades do concelho. Os contratos-programa assinados pelo Município destinam-se a apoiar os planos de actividade de 13 clubes desportivos e associações culturais do concelho, cujo valor nominal oscila entre os 17 mil contos (85 mil euros) – caso do Imortal Clube – e os 500 contos (2.500 euros) a entregar à Juventude de Paderne.



Segundo a autarquia, o critério para a atribuição das verbas baseou-se no número de atletas federados e no número de jovens que cada agremiação movimenta nas suas actividades.

Para além destes contratos-programa, cinco associações vão ainda receber da autarquia verbas destinadas à construção, ampliação ou remodelação das suas sedes, num valor global de cerca de 45 mil contos (225 mil euros).

Assim, o Clube Areias de São João vai receber 30 mil contos (150 mil euros), o Padernense 12 mil (60 mil euros), o Clube de Basquete de Albufeira dois mil contos (10 mil euros), e a Sociedade Columbófila e o Moto Clube de Albufeira 400 contos (dois mil euros) cada.

Fafe

Ação «Viver é mais que sobreviver» envolve mil famílias carenciadas

O Serviço Social da Câmara Municipal de Fafe está a desenvolver uma acção de acompanhamento a algumas famílias que estiveram envolvidas no programa municipal para melhoria da habitação de agregados familiares carenciados.

Esta acção dá pelo nome «Viver é mais que sobreviver» e tem vindo a decorrer com as famílias de Arnozela, Silveiras S. Clemente, Aboim, Moreira de Rei e Varzeacova, visto serem aquelas onde parece existir maior necessidade de intervenção e acompanhamento.

No essencial, este trabalho de acompanhamento às famílias tem por objectivo central fomentar a qualidade de vida a vários níveis de pessoas que são económica, social e culturalmente desfavorecidas.



De facto, e perante as adversidades que caracterizam o dia-a-dia destas famílias, por vezes mais parece que sobrevivem do que vivem.

Câmara contrai empréstimo para rede viária e parque da cidade

O município de Fafe deliberou contrair um empréstimo no valor de 699.870 contos, pelo prazo de 12 anos e a desbloquear em 2001 e 2002, como financiamento complementar de três projectos inscritos no Plano e Orçamento da Câmara para o ano de 2001.

Loulé

Autarquia apoia desfile de Carnaval infantil



A Câmara de Loulé vai dar apoio a alguns jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública e privada do concelho, no âmbito do desfile de Carnaval infantil, que terá lugar amanhã, sexta-feira, entre as 10 e as 12 horas, na Av. José da Costa Mealha.

Montemor-o-Velho

Carnaval 2001

O Carnaval do Montijo organizado pela

autarquia local, juntas de freguesia e colectividades vai voltar este ano, tal como em anteriores edições, a ser um êxito. As atrações são todas representantes da cultura portuguesa. Assim, conta-se com a presença de Os Mareantes do Rio Douro – Grupo de Bombos e Majoretas, Grupo de Teatro Fonte Nova e Grupo de Sarrafo Bardoada.

A atracção nacional são os Anjos, um dos grupos mais populares entre os jovens, que decerto vão atrair as atenções para este curso carnavalesco, que contará com a participação de 11 carros alegóricos.

Ovar

Carnaval infantil

No próximo domingo, a partir das 15 horas, a cidade de Ovar assistirá ao desfile do Carnaval infantil, que conta com a participação de mais de 2000 crianças das escolas do 1º ciclo do ensino básico de Ovar e S. João, bem como dos jardins-de-infância.



No final do desfile, os pequenos foliões (com idades compreendidas entre os três e os nove anos) são presenteados com um lanche no Mercado Municipal.

Sintra

475 mil contos para pôr a andar empresa municipal de estacionamento

A Assembleia Municipal de Sintra aprovou a contratação de um empréstimo no valor de 475 mil contos, destinado a investimento pela Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Sintra.

A autorização do financiamento, pelo prazo de cinco anos e carência de 24 meses, foi aprovada com os votos contra do PSD e a abstenção da bancada do CDS-PP.

O vereador do Urbanismo na Câmara de Sintra, Herculano Pombo, defendeu que «a autarquia tem uma capacidade livre de contrair dívidas», e que o investimento «vai ser feito por uma empresa que espera rentabilizá-lo».

«O risco que a Câmara corre não é um risco zero, mas é calculado e assumido», concluiu.

Quanto ao preço dos parquímetros,

Herculano Pombo, afirmou «nunca» ter comprado nenhum, acrescentando que «são máquinas muito caras devido ao seu sistema de funcionamento».



Autarquia apoia colectividades

A sede dos Bombeiros Voluntários de Montalvar foi palco recentemente da assinatura de um contrato-programa entre a Câmara de Sintra e a Sociedade Filarmónica Boa União Montelavarense, que visa a recuperação e reconstrução do seu edifício-sede e Escola de Música.

Vila Real de S. António

Município apoia empresários na obtenção de apoios ao investimento

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António formalizou um acordo com a Agência de Desenvolvimento Regional Globalgarve, com vista a facilitar o acesso dos empresários instalados no loteamento industrial aos sistemas de incentivos ao investimento em vigor.



No âmbito desse acordo, a Globalgarve irá avaliar a consistência dos planos de negócios apresentados pelas empresas que se irão instalar no loteamento industrial, por forma a que todo o processo de acesso aos incentivos seja mais célere e expedito.

O loteamento industrial de Vila Real de S. António foi inaugurado em Maio do ano passado, representando um investimento global da autarquia que ascende a 450 mil contos.

PS EM MOVIMENTO

LISBOA

Guterres quer renovação etária

O camarada António Guterres advertiu no dia 19 os militantes socialistas de Lisboa que a ausência de rejuvenescimento do partido poderá colocar em causa a permanência do PS no poder e criar rupturas no sistema político.

Justificando perante militantes socialistas de Lisboa, numa reunião organizada pela Concelhia no Hotel Altis, a razão que o levou a colocar como um dos pontos essenciais da sua moção para o Congresso do PS a necessidade de renovação dos órgãos de direcção do partido, António Guterres disse que o que está em jogo «é a continuidade do projecto político do PS no país».

Depois de observar que a faixa etária da juventude é aquela que indicia maiores sinais de afastamento em relação à vida política nacional, o secretário-geral do PS estendeu essa necessidade de renovação etária a todas as organizações sociais e a todos os partidos.

«Se não houver renovação etária, podemos estar a criar rupturas em torno do sistema democrático», disse, integrando neste contexto a sua proposta de baixar a idade do voto para os 16 anos.

De acordo com António Guterres, a sua geração, ao longo da década de 70 - e em resultado da «decapitação» dos antigos titulares de cargos políticos à época da revolução de Abril -, «ocupou todos os lugares de relevo» na sociedade portuguesa.

«A minha geração tem sido alternativa de si própria e tapa o espaço aos mais jovens», comentou, defendendo depois a necessidade de os camaradas «abaixo dos trinta e poucos anos» ocuparem mais lugares na direcção do partido após o Congresso do PS.

Outro valor que considerou fundamental e que consta na sua moção para o congresso do PS é o da necessidade de uma nova ética de responsabilidade, não só no exercício de cargos políticos, mas também ao nível de todas as funções de destaque na sociedade portuguesa.

«A culpa não pode morrer sozinha e, por outro lado, tem de haver uma valorização da excelência, combatendo a aliança nefasta entre a inveja e a mediocridade», acrescentou o líder socialista. Na sua intervenção, António Guterres voltou a considerar que os grandes desafios do país, nos próximos anos, passarão pelo combate «ao atraso estrutural e qualitativo de Portugal em relação aos seus parceiros da União Europeia».

Para o líder do PS, em Portugal, subsistem baixas taxas de produtividade nas empresas e uma baixa qualidade das organizações da sociedade civil, a começar pela Administração Pública, que classificou como «burocrática, centralista e pouco eficaz».

PS tem de liderar modernização e coesão social

Como «grandes avanços» concretizados ao longo dos últimos cinco anos e meio de Governo, o secretário-geral socialista identificou «a existência de uma nova cultura democrática», a atribuição de prioridade ao sector da educação, a descida do desemprego, «o fim da forma hipócrita com que antes se procurava esconder a pobreza» e o posicionamento de Portugal «no centro do processo de construção europeia».

«Mas não podemos ter uma atitude de auto-satisfação», advertiu o primeiro-ministro, sustentando que o PS «terá de liderar simultaneamente a dinâmica da modernização e da coesão social».

No final da apresentação da sua moção de estratégia global para o Congresso do PS, António Guterres criticou a postura de forças como o PCP e o Bloco de Esquerda, um espaço à esquerda do PS que vota sistematicamente contra, contribuindo por dar indirectamente um enorme espaço de manobra ao PSD e ao CDS/PP.

«Quando olhamos para o sistema político português, verificamos uma anomalia fundamental: dez por cento do espaço institucional à esquerda do PS recusa-se a participar na governabilidade do País», disse.

OEIRAS

Voto de pesar por Marcelo Curto

A Secção de Oeiras do PS, numa nota, manifestou o mais profundo pesar pelo falecimento do camarada e amigo Marcelo Curto, militante desta estrutura.

O PS/Oeiras, logo no dia do falecimento do camarada Marcelo Curto, enviou-nos um comunicado que, por nosso lapso, não foi publicado na devida altura. Por esta falha pedimos as nossas mais sinceras desculpas ao Secretariado e a todos os militantes da Secção de Oeiras.

OURÉM

Comunicado da JS

A JS/Ourém, num comunicado, lembra que em tempo oportuno a sua posição foi categórica quanto à estrada de Alvega, mostrando a sua dúvida e receios quanto à acessibilidade da mesma.

No entanto, uma vez feita, referem os jovens socialistas de Ourém, «é necessário deixar algumas ressalvas, tendo em conta a sua situação actual».

Considerando que recentemente esta estrada esteve vedada ao trânsito devido à queda

sucessiva de pedras da encosta situada na curva, consequência directa das chuvas, a JS/Ourém defende ser de uma «importância vital a colocação de redes nessa zona e um estudo sustentado em pressupostos geográficos, para aferir da segurança ou não deste local sinistro, com o intuito óbvio de proteger todos os utentes desta via».

UISEU

Coelho critica alguns dirigentes

O dirigente socialista Jorge Coelho teceu no dia 17 em Viseu violentas críticas aos «camaradas dirigentes nacionais» que dizem faltar «debate e discussão» no PS, mas que «nunca se encontram para ir de encontro às bases para debater».

O coordenador permanente do PS aproveitou ainda o início dos trabalhos do I Encontro Nacional das Concelhias do PS para apontar o dedo aos «dirigentes nacionais» que «menosprezam e achincalham» as bases do partido.

«Eu nunca deixei de ter orgulho em estar com as bases para debater e revoltam-me aqueles camaradas que achincalham e menosprezam as bases, que são aqueles que nada esperam de privilégios nem cargos mas que estão nas autarquias e nos concelhos a batalhar pelo país e pelo Partido Socialista», afirmou.

Jorge Coelho não deixou passar a oportunidade para, junto das bases do PS, se referir à oposição e em especial ao PSD como plataformas de luta pelo poder, como objectivo único dando como exemplo a «ausência quase total de propostas úteis para resolver os problemas do país e o interesse único de destruir com o objectivo de chegar ao poder».

«Hoje em dia a acção política deve ser a apresentação de soluções e nunca o puro deita a baixo», disse, adiantando que «no PS, o radicalismo nunca trouxe vantagens e só quando este partido começou a apresentar propostas sérias e concretas para melhor a vida das pessoas é que os portugueses começaram a confiar no PS para governar».

Deixou ainda um aviso à reacção dos «que sempre estiveram ao lado dos privilégios» contra as reformas: «Não tenhamos ilusões, as reformas só o são quando provocam rupturas e a oposição dos sectores que sempre foram beneficiados», argumentou.

Jorge Coelho apelou a uma especial atenção às reformas da segurança social e fiscal: «Não é possível estar com toda a gente ao mesmo tempo» e as opções «devem ser pelos mais desprotegidos e contra aqueles que se opõem a esta postura com coragem e determinação», sustentou.

PS acusa RTP de favorecer o PSD

A informação na RTP está muito alaranjada. O PS apresentou no dia 20 na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) uma queixa alegando ter sido prejudicado, sábado, por reportagens da RTP1 que, no entender dos socialistas, favoreceram o PSD.

Relativamente a eventos dos dois partidos em Viseu, no último sábado, a RTP deu maior cobertura a uma realização do PSD que a duas outras do PS que mobilizaram um número muito maior de participantes, queixa-se o PS.

A queixa, subscrita por Jorge Coelho, lembra que se realizaram naquele dia em Viseu o I Encontro Nacional de Concelhias do PS, com a presença de 200 pessoas, e um jantar de socialistas do distrito, com dois mil participantes, acontecimentos que contaram com a presença de António Guterres.

O PSD, por seu turno, acrescenta o texto, realizou no mesmo dia e na mesma cidade um jantar de lançamento do seu candidato ao município que contou com a presença de 1000 pessoas e do líder do partido, Durão Barroso.

A SIC não fez a cobertura de qualquer destes acontecimentos, enquanto a TVI decidiu cobrir apenas os dois jantares integrando-os numa peça conjunta posteriormente transmitida, segundo o PS. A RTP não enviou qualquer equipa ao jantar do PS, tendo apenas feito a cobertura do Encontro Nacional de Autarcas de que resultou um trabalho de

cerca de um minuto e 15 segundos que foi apenas apresentado no «Telejornal» desse sábado, diz o PS.

RTP alaranjada

Já quanto ao PSD, a RTP fez a cobertura do jantar com uma reportagem de um minuto e 46 segundos, que foi exibida três vezes nos noticiários «24 horas» de sábado, «Jornal da tarde» de domingo e no «Telejornal» também de domingo.

Manifestando «total compreensão» pelo critério assumido pela SIC e TVI, Jorge Coelho considera que o PS, «enquanto partido objectiva e particularmente prejudicado pelo tratamento mais favorável que a RTP conferiu ao PSD, não pode - nem deve - deixar de alertar para uma situação grave que prejudicou clara e inequivocamente o Partido Socialista».

Nestes termos, o PS apresentou a sua queixa contra a RTP lembrando que a AACS tem competência para providenciar pela «isenção e rigor da informação» e apreciar os comportamentos susceptíveis de configurar violação das normas legais aplicáveis aos órgãos de Comunicação Social.

«É que manifestamente não houve, por parte dos profissionais e responsáveis pela RTP 1, o respeito escrupuloso pelo rigor e objectividade da informação a que está legalmente vinculada», acentua o Coordenador da Comissão Permanente do PS.

PERSPECTIVA

Guilherme d'Oliveira Martins

ONDE ESTÁ A AMBIÇÃO?



Foi Eduardo Lourenço, mestre do mito e do seu exorcismo, quem disse haver «em nós muito excesso de memória mitificada a acrescentar-se à nossa memória multissecular de europeus» (cf. *A Nau de Icaro*). Se fomos bem a ver, muito do derrotismo que alimentamos vem do confronto dessas memórias. E não se invoque a geração do Antero e Eça como desculpa, pois eles foram dos que mais conclusões práticas procuraram tirar da necessidade de rompermos com o fatalismo do atraso. Necessitamos de ultrapassar o pessimismo sem horizonte e o optimismo sem referências – através da vontade. É de vontade emancipadora que precisamos, meus senhores! Não dos castelos no ar, nem do fatalismo atávico, que mestre Gil retrata em «Mofina Mendes». Mas vamos ao que importa. Quando há alguns meses houve indicações de que a nossa economia poderia abrandar e que nos poderíamos afastar da meta da «convergência», ouviram-se muitas vozes de profetas da desgraça. De pouco importou o dizer-se, com rigor, que mesmo que assim fosse, o certo é que Portugal continuava a aproximar-se dos parceiros europeus, a um ritmo seguro, considerando o ciclo económico. Mas



quando os sinais passaram a ser os de que o nosso crescimento era maior do que o previsto e de que as exportações cresciam mais do que as importações – houve um silêncio envergonhado de alguns, à espera de um qualquer indicador menos positivo para atacar. É o messianismo burocrático que funciona. A «memória mitificada» leva a que alguns esqueçam que os mais do que o governo que está, o que importa é a nação que permanece. Quem se pode ufanar do nosso atraso, usando-o como arma de arremesso? Quem pode ignorar, por exemplo, que somos um dos países da UE com maior taxa de emprego e com

menor número de agregados familiares sem desempregados? Quem pode negar que Portugal apresentou em 2000 a segunda melhor taxa de investimento em tecnologias de informação e comunicação, com invejáveis níveis de difusão na população? Quem pode esquecer que temos um investimento nas empresas semelhante ao da Irlanda e da Espanha e só inferior ao da Áustria? Quem pode ignorar que o investimento em Educação em Portugal foi dos que mais cresceu nos últimos cinco anos, com especial incidência para a educação pré-escolar, básica e secundária e para a valorização

do corpo docente, com resultados positivos previsíveis na melhoria das qualificações e da produtividade? Quem pode iludir que relativamente ao PIB *per capita* passámos de 70,9 por cento para 75,45 da média da UE, de 1995 para 2000? De facto, como venho insistindo, é indispensável que nos disponhamos a ler e a compreender de modo dinâmico os indicadores sobre o nosso combate ao atraso. É verdade que temos de crescer mais e melhor e de apostar na boa despesa pública e no combate sem tréguas ao desperdício e à ineficiência. É certo que temos de qualificar mais e melhor a população adulta e de ser mais exigentes na avaliação nas nossas escolas. E para os que invocam, sem conhecer, o exemplo irlandês, é bom que se diga que estamos na educação e na formação ou na ligação entre o ensino à distância e o serviço público de televisão a fazer hoje o que eles fizeram há década e meia. Precisamos de vontade e não de derrotismo – por isso se exige trabalho sério de quem veja longe e largo. A crítica é bem-vinda quando mobilizadora e verdadeira – é medíocre quando recusa ver a realidade. Afinal, onde está a ambição? Apenas em compreender que Portugal merece o melhor.

PS

Neto Gomes

GUTERRES VEM AO ALGARVE LANÇAR O CONGRESSO DA UNANIMIDADE

António Guterres, secretário-geral do Partido Socialista, vem ao Algarve dentro de dias, e alguns dias antes do Congresso, que observadores mais atentos e conhecedores dos «fascínios dos Congressos» já apelidaram como o «Congresso da Unanimidade». Contudo, a unanimidade anunciada, no seio do meu partido, não poderá ser activada em letra de imprensa, nas palavras, mas sim num imperativo de intervenções e prática, que nos últimos tempos não tem sido real e tem conferido alguma transfiguração no partido onde as *peças estão primeiro*, e que o confronto de ideias, natural em democracia e mais normal entre socialistas e no seio do Partido, se transformaram em ameaças de políticos sem coragem, que desta forma (e sem cultura democrática) tentam silenciar o partido e o futuro. Aliás, tal como defendemos no seio do PS quando do Congresso de Faro, «o PS não pode ser um Partido unipessoal, ou então das mesmas 30 pessoas de sempre, como se uns bebesses chá em chavenas e outros

em manjedouras».

Mais, é urgente e determinante para o futuro do PS e da democracia, o finar da vaidade e fragilidade de alguns socialistas – a quem lhes falta a coragem de assumirem que voaram alto de mais e não estavam preparados para tal, - e que ridiculamente cantam aos quatro ventos, que ganham eleições sozinhos. Estas têm sido, afinal, as mais graves «pedras no sapato» do PS/Algarve, onde falta o elemento intelectual da humanização, de uma renovação que se deseja, e que a cultura política do partido defende, mas de uma forma menos apadrinhada ou paternalista.

Estamos a poucos dias do Congresso, mas quase que apetece dizer, que estamos a menos horas das Eleições Autárquicas, que seguramente não vão ser caminhada fácil. Aliás, experiências anteriores, mesmo que nos digam que as «eleições autárquicas» são diferentes, conferem seguramente um grande trabalho de equipa, sem desistências, feito de unidade, de entrega e de inteligência. E mesmo que nos digam, ou se tente

disfarçar os nossos medos ou falsas incapacidades - como aconteceu «nos referendos» na «regionalização» (e aqui é urgente renovar o combate) nas «europeias» nas «presidenciais», com os «chavões» do desgaste do Governo, do estarmos há muito tempo no poder governamental e autárquico, temos que gerir outros comportamentos, porque estes vão ser os mesmos «chavões» as mesmas frases, e as mesmas palavras sustentabilizadas pelas oposições, que, à falta de ideias, norteiam esses comportamentos, subsidiados por intimidações demagógicas a roçar as paredes da coacção e das ameaças. Temos, antes, que conferir o futuro com a nossa capacidade, com as nossas ideias, com qualidade, em nome do trabalho e da cidadania que projectámos e demos solidez, de forma a podermos manter as autarquias a que presidimos e conquistamos outras onde não somos poder, sem utilizarmos os mesmos parcos chavões e paupérrimas estratégia das oposições.

Contudo, a vitória do PS nas eleições

autárquicas no Algarve, que marcam inequivocamente o futuro do Partido Socialista, passam pela convergência e pela respeitabilidade entre os socialistas. Por sermos capazes, como o fizemos em ocasiões mais difíceis, de respondermos aos sinais apelativos do «Congresso da Unanimidade». Valorizando as pessoas e as causas, acima de tudo em nome da história, da História do PS e do Algarve, e de cuja história do Algarve o PS (como legenda autárquica) tem sido o maior artífice no derradeiro quarto do recente século passado.

É preciso reeducar o futuro, arquitectando novos caminhos tendo como imperativo as novas tecnologias e modernidade, mas tendo sempre como matriz as pessoas, num olhar à história, no engenho do futuro.

É preciso que no Algarve, António Guterres sinta isso, porque de seguida, nos vai obrigar a pôr em prática, na defesa, na solidez e no crescimento do PS, o «Algarve Socialista da Unanimidade». Depende de nós (e deixem-me lembrar um slogan de outras vitórias) de todos nós...

MANIFESTO PELO ENSINO SECUNDÁRIO



1 O que é a revisão curricular. A revisão do ensino secundário faz-se para poder cumprir-se um objectivo essencial para o desenvolvimento da sociedade portuguesa: garantir formação a todos os jovens até aos 18 anos, habilitando-os a entrar no mercado de trabalho com qualificação profissional de nível intermédio e/ou prosseguir estudos superiores. Não é um objectivo irrealista, mas é um objectivo ambicioso - e, sobretudo, absolutamente necessário. Temos esta década para vencê-lo. E só poderemos fazê-lo mobilizando todas as vias e oportunidades de formação: os cursos secundários, os cursos profissionais, o sistema de aprendizagem, os cursos de educação-formação e dispositivos específicos de formação dirigidos a todos quantos se encontrem já a trabalhar, na faixa dos 16 aos 18 anos. O acordo celebrado entre o Estado e os parceiros sociais a 9 de Fevereiro consagra esta linha de orientação.

A revisão do ensino secundário constitui um elemento crucial da estratégia e, realizada com êxito, terá efeitos positivos quer sobre o ensino básico quer sobre o ensino superior. Ter êxito significa duas coisas: melhorar substancialmente as aprendizagens, ou seja, reduzir de facto e não por decisão administrativa o insucesso escolar, hoje preocupante; enriquecer e diversificar a oferta de formação, ou seja, conceder dignidade e espaço próprio aos cursos tecnológicos, diferenciando-os mais dos cursos gerais e aproximando-os mais do mundo do trabalho e das profissões, sem sempre dentro do quadro do ensino secundário e da capacidade que lhe é própria de ser a condição de acesso ao ensino superior.

O decreto-lei recentemente aprovado, que fixa as linhas orientadoras do desenvolvimento do currículo e da avaliação, responde aos dois requisitos.

Para melhorar as aprendizagens, explicita-se no 10.º ano a função de diagnóstico e orientação dos alunos, permitindo consolidar saberes adquiridos e reorientações tempestivas de percursos educativos; clarifica-se a matriz curricular dos cursos e racionaliza-se a carga horária; reforça-se a componente de formação geral, comum a todos os cursos; generalizam-se o ensino experimental e a pedagogia activa, centrada no trabalho de projecto e na mobilização dos vários saberes, e é para isso que se impõe a existência curricular de uma Área de Projecto ou Projecto Tecnológico e que se fixam as cargas horárias das disciplinas em termos que permitam às escolas organizá-las em períodos de 90 minutos, divisíveis, sempre que pedagogicamente aconselhável, em unidades de 45 minutos; altera-se o regime de avaliação, mantendo as provas globais e os exames nacionais, mas racionalizando a aplicação das primeiras e diminuindo o número dos segundos, de modo a centrá-las nas disciplinas matriciais da formação geral e de cada curso, ao mesmo tempo que se introduz também uma prova de aptidão tecnológica nos cursos tecnológicos; finalmente, chamam-se às escolas à responsabilidade de apoiar os alunos com dificuldades de percurso ou que desejam alterá-lo, procurando uma qualificação profissional a acrescentar ao seu diploma de secundário ou uma preparação adicional para a realização de provas de ingresso no ensino superior.

Para enriquecer a oferta de formação, é preciso diversificá-la, apostando nomeadamente nas vias tecnológicas, artísticas e profissionais. Por isso se transformam os cursos tecnológicos, colhendo as lições positivas do ensino profissional, e procurando acabar com a perversão actual de serem uma espécie de cursos gerais acrescidos de mais uma

componente técnica; e se prevê o alargamento da oferta de tais cursos, centrando-os em áreas de saber e exercício profissional. Mas salvaguardam-se e reforçam-se três garantias essenciais. A primeira é a existência da formação geral, comum a todos os cursos. A segunda é a possibilidade do prosseguimento de estudos: detentor de uma qualificação profissional de nível 3, que o habilita à entrada imediata no mercado de emprego, aquele que conclui o curso tecnológico (ou profissional) é titular de um diploma do ensino secundário, que constitui recurso de acesso ao ensino superior, necessitando apenas, naturalmente, de realizar as provas de ingresso que lhe faltarem e sejam requeridas pelas instituições e cursos a que se quiser candidatar. A terceira garantia é a perbilidade, quer dizer, a comunicação entre cursos gerais e tecnológicos (assim como com os sistemas de ensino e formação profissional), a qual permite aos alunos interessados a transição entre cursos sem terem de voltar ao ponto de partida.

2 - Agenda para a concretização da revisão curricular. Definidas as linhas de orientação, muito trabalho se encontra ainda por fazer. Em primeiro lugar, na construção curricular. É preciso aprovar os currículos dos diferentes cursos, regulamentar o regime de avaliação, definir os programas das disciplinas segundo os critérios com que nos comprometemos (centragem nas competências fundamentais, prevenção de extensões ou sobreposições indevidas).

Em segundo lugar, na organização e no apetrechamento das escolas. A revisão é exigente em recursos humanos e materiais porque a educação de qualidade é exigente - mas importa não ignorar que as escolas secundárias dispõem hoje de um vasto conjunto de professores dos quadros e que temos melhorado bastante os nossos

parques escolares.

Em terceiro lugar, na formação dos professores e na informação às escolas, aos estudantes e às famílias. Não é possível levar à prática orientações sem a implicação das comunidades educativas, escola a escola, local a local.

Não escasseia o tempo. O novo 10.º ano entrará em vigor em Setembro de 2002 e o ciclo de mudança terminará em Julho de 2005, com a realização dos primeiros exames nacionais referidos ao novo currículo. Haver tempo não pode ser motivo para tentar colocar em causa as opções fundamentais - andamos a trabalhar na revisão curricular desde 1997, com a participação dos múltiplos interessados, e o Governo tomou, como lhe compete, a decisão política sobre a orientação estratégica da revisão. Não se pense, também, que progredimos se fomos vementes na identificação dos problemas, mas reacios de tudo o que signifique iniciativa concreta para resolvê-los.

Não tenhamos medo de mudar. Porque o objectivo é claro: precisamos e queremos ter mais gente no ensino secundário, quer nos cursos gerais quer nos cursos tecnológicos; queremos que ninguém fique impedido de prosseguir estudos pós-secundários, qualquer que seja o seu curso, e queremos que ninguém saia directamente para o mercado de emprego sem dispor de uma boa qualificação profissional; queremos avançar na orientação, no ensino experimental e na aprendizagem activa, na qualidade dos resultados, sem cedência a facilidades enganadoras. Queremos, em suma, maior oferta de formação, mais oportunidades de escolha, melhores condições de estudo e realização. Não é uma vontade legítima e necessária para ganharmos, em tempo, a aposta na qualificação dos jovens?

In «Diário de Notícias»

PORTUGAL PARA ONDE... ?



Portugal está a caminho do Brasil no que concerne ao nível da diferenciação salarial e dos rendimentos, o que é muito mau. Quando comparamos o nosso país com um país escandinavo ou mesmo com a Nova Zelândia, que são países altamente qualitativos para a vida dos seus cidadãos, verificamos que as diferenças sociais são mínimas comparadas com as existentes em Portugal. O salário médio é das três vezes mais elevado que em Portugal, um ministro ganha tanto como um ministro português, um deputado tem praticamente o mesmo vencimento que um deputado em Portugal. Ou seja, os vencimentos das classes dirigentes escandinavas está ao mesmo nível, quando por vezes superior em Portugal, o que se torna numa aberração dado que esses países são muitíssimo mais evoluídos que Portugal, tecnológica e socialmente.

Acontece, porém, que os vencimentos mais baixos nesses países estão muitíssimo acima dos vencimentos em Portugal. O leque salarial tanto no sector privado como no sector público ronda as três vezes, em Portugal cerca de 14 vezes. Nestes países não há mordomias, que em Portugal se traduzem num verdadeiro escândalo nacional. Os impostos nesses países rondam, para rendimentos acima dos 11000 contos anuais, os 69%, em Portugal cerca de 40%. Também há acrescentar que a corrupção nesses países é quase nula. Em Portugal é q.b. (quanto basta). Quanto a outras áreas como a saúde, educação, justiça, social, são Estados altamente qualitativos no seu desenvolvimento. Nesta pequena análise gostaria de destacar a Nova Zelândia, país ligado à agricultura, onde a qualidade de vida excede o que possamos pensar. Curiosamente este país tem um PIB em PPA

quase igual a Portugal, é mesmo igual ao da Espanha, mas na Nova Zelândia não há pobres. A riqueza é bem distribuída, o igualitarismo é expoente de vida. Mas para mal dos nossos pecados há uma economia muito parecida com a portuguesa, a grega, onde também as diferenças sociais são mínimas. Enquanto os presos na Grécia rondam os 16 por 100 mil habitantes, em Portugal rondam os 120. Este número dá certamente para pensar. Já agora como complemento, os EUA são os campeões com 556 presos por 100 mil habitantes. Feitas as contas temos na UE cerca de 350 mil presos, nos EUA cerca de 2 milhões, isto com a pena de morte. Se na Europa acabarem com a almofada social de certeza que os zeros vão aumentar. Um bom negócio para a construção de prisões, aliás, como é nos EUA. Há agora atrás combati politicamente o cavaquismo naquilo que era prejudicial para

o país, as gravosas diferenças sociais que se estavam a desenhar nos anos 80 e que dificilmente retrocederiam. Nunca acreditei no que se estava a fazer, contrariamente ao que o PSD afirmava como evolução e desenvolvimento.

Passados 15 anos após o I Governo de Cavaco Silva e cinco anos após o Governo de António Guterres, fico deveras impressionado com a falta de honestidade política dos dois governos. Basta comparar, com outros países como a Irlanda, que já ultrapassou muitos países de primeira linha como a Suécia; Finlândia, etc. Hoje está nos primeiros lugares do «ranking» da OCDE. E Portugal está onde? 50 anos para nos aproximarmos da média europeia? Com um bocadinho de sorte com a entrada de mais 12 países para a UE passamos de certeza, só, para 10 anos de atraso? Espero que entrem rapidamente para a União. Join us. Please...



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Animais da quinta em Albufeira

Cerca de 600 crianças do concelho vão animar o centro da cidade com um longo desfile de Carnaval na manhã de amanhã. «Animais da Quinta» é o tema escolhido para a edição deste ano, sendo certo que serão vistas diversas e imaginativas máscaras alusivas à bicharada dos espaços rurais.

O desfile, com início às 9 e 30, será acompanhado por um grupo de Zés-Pereiras e por Cabeçudos. A concentração será frente à Câmara Municipal.

Pintura em Coimbra

Este sábado, dia 24, realiza-se a Feira das Velharias, entre as 9 e as 19 horas, na Praça Velha.

As pinturas de Miguel Cardoso estarão em exibição, até ao dia 4 de Março, nas Galerias do Átrio e do Jardim da Casa Municipal da Cultura.

Revista em Fafe

A autarquia farense volta a promover um espectáculo de revista, com a popular companhia portuense de J. Lopes de Almeida, amanhã, a partir das 21 e 30, no Estúdio Fénix, nesta cidade.

«2001 Odisseia do Carago» é o título desta popular revista do milénio, apresentada como o maior êxito de gargalhada do ano. Na próxima terça-feira, dia 27, haverá uma prova de atletismo do Centro Desportivo de Vinhós, aberta a benjamins, infantis, iniciados e juvenis de ambos os sexos. A partir das 10 horas, em Vinhós.

Desfile em Faro

A edilidade farense organiza este ano, pela 16ª vez, um desfile de Carnaval onde participam as crianças do 1º ciclo e do pré-escolar do concelho.

A iniciativa, promovida pela Divisão de Educação da autarquia, decorrerá, na Avenida 5 de Outubro, entre as 10 e 15 e as 12 e 15 de amanhã.

Para este desfile carnavalesco são esperadas cerca de três mil crianças oriundas de 34 estabelecimentos de ensino do 1º ciclo e do pré-escolar.

Cinema em Guimarães

«O Rei das Rosas» é o filme, assinado por Werner Schoeter, que poderá ver no Auditório da Universidade do Minho, hoje, pelas 21 e 45.

Também hoje, às 23 e 30, assista a um recital no Ultimatum Jazz Café, com Nuno Ferreira (guitarra), Nelson Cascais (contrabaixo) e Bruno Pedroso (bateria).

A partir de amanhã e até ao dia 28 estará em exibição, no Cinema São Mamede, a película «Hannibal», uma sequela do

galaradoado *thriller* psicológico «Silêncio dos Inocentes», que conta de novo com Anthony Hopkins no papel principal.

Na próxima quarta-feira, dia 28, às 11 horas, a Biblioteca Municipal Raúl Brandão será palco de um teatro de fantoches intitulado «Corre, corre, cabacinha», de Alice Vieira.

Bailado em Lisboa

Estreiam amanhã, nas salas de espectáculos alfacinhas, os filmes «Bounce», de De Don Roos; e «Hannibal», de Ridley Scott.

O Teatro Tivoli foi a sala escolhida para uma «Grande Noite de Bailado», de David Fielding; «Just Before», de Darshan Singh Bhuller; e «Sinfonia de Requiem», de Vasco Wellencamp são as coreografias a apreciar este fim-de-semana, pelas 21 e 30.

A Orquestra Sinfónica Portuguesa, sob a direcção de José Ramón Encinar, e com António Saiote ao clarinete, interpretará, no dia 27 (terça-feira), a partir das 21 e 30, obras de Geller, Copland e Dvórák, no Teatro Luís de Camões do Parque das Nações.

Concurso em Loulé

A maior festa do município realiza-se nos 25 e 26, no Salão de Festas da Câmara Municipal, com os tradicionais Bailes de Carnaval.

O agrupamento musical Onda Média será a principal atracção destes eventos, contribuindo para a alegria dos foliões. Mas, na segunda-feira a festa promete ainda ser maior com a eleição do melhor disfarce no habitual Concurso de Máscaras, no qual não vão faltar muitos prémios.

Filme na Lousã

«Limite Vertical», uma película realizada por Martin Campbell, será exibida, amanhã, às 21 e 30, no Cine-Teatro.

Também amanhã, não perca o desfile carnavalesco dos estabelecimentos de ensino do concelho pelas artérias da vila.

Conferência em Macedo de Cavaleiros

No âmbito da agenda cultural de Inverno 2000/1 realiza-se, amanhã, pelas 21 e 30, no Auditório do Instituto Superior Piaget, a conferência subordinada ao tema «A História da Igreja», que contará com a participação de vários especialistas.

Máscaras no Montijo

A pensar nas crianças, a autarquia organizou a terceira edição do projecto «Escola em Desfile – Desfile Carnavalesco», que decorre amanhã, a partir das 10 horas.

O percurso terá início e fim na Rua João XXIII. Cerca de 1500 crianças dos jardins de infância, das escolas do 1º ciclo e do ensino básico mediatizado desfilarão nas avenidas D. Afonso Henriques, 25 de Abril e dos Pescadores.

O concurso da melhor máscara infantil (para crianças dos três aos 12 anos) decorrerá, no dia 27, pelas 11 horas, no Bar Kaxaça, onde serão entregues três prémios: uma *playstation*, um telemóvel e um lego gigante.

Exposição em Santo Tirso

Hoje, leve os seus filhos e/ou netos ao auditório da Biblioteca Municipal onde poderão ver «As Aventuras dos Quatro Irmãos», uma película destinada a um pequeno grande público com idade superior a quatro anos.

A partir de amanhã e até ao dia 17 de Março, poderá visitar «Escritores Portugueses», uma exposição da autoria de Júlio Sousa Magalhães.

Bailes em Vila Real de Santo António

A partir de sábado e até terça-feira, dia 27, realizam-se, sempre às 22 horas, no antigo armazém Bombarato, bailes de máscaras que ficarão marcados pela animação e pela actuação do agrupamento musical Sérgio Peres.

O ÚLTIMO A RIR
de Luísa Costa Gomes

Adriano Luz
encenação
José Pedro Gomes
interpretação

TEATRO VILLARET
Até 30 de Março

SUGESTÃO

OS TECLADOS

A novela de Teolinda Gersão – «Os Teclados» – aparentemente não tem muito a ver, para não dizer nada, com um espectáculo teatral.

Muito além das aparências, a lenta marcha de Júlia, criança e futura adolescente só – só com os tios, só com o piano –, faz do texto um ponto de partida para um monólogo a várias vozes, a várias presenças, a várias sombras, eminentemente teatral.

Essa «bela adormecida» pratica, diante do espectador em condição de cúmplice, uma pura educação sentimental.

Não se trata de um teatro normativo ou experimental, mas sim de uma experiência nova, vivida, discreta mas sem medo, atípica, tal como toda a arte que quer ser de hoje. Dois actores, Cristina Basílio e João Didelet, acompanham o dramaturgo e encenador Jorge Listopad numa aventura sem abismos nem cálculos, à procura de novas formas de modo natural.

Assim, «Os Teclados» é, definitivamente, uma peça a não perder, na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém, até ao dia 28 (exceptuando a segunda-feira, 25), sempre às 21 e 30.



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Versos populares

Sabe-se lá se algum dia,
Às vezes fico a pensar,
Que aprenda a fazer poesia,
Com melhor sabedoria,
Para poder continuar.

Os versos que vou escrevendo,
Leva-me a concluir,
Aquilo que estou fazendo,
Sei que nunca me arrependo,
Nem mais irei desistir.

Sou um qualquer pensador,
Desde sempre fui assim,
Tenha ou não tenha valor,
Penso e escrevo por amor,
O que vai dentro de mim.

Ermelindo Jacinto



VALE A PENA

1 A prisão (actualmente domiciliária) de Vale e Azevedo vem chamar a atenção para a promiscuidade que existe entre alguns responsáveis desportivos e a infracção fiscal fraudulenta, nas bordas do crime organizado. As transferências de alguns jogadores, o frequente uso de depósitos em «off-shores» criaram uma cortina de fumo que o Governo do PS e os sectores mais dinâmicos do aparelho judicial têm procurado dissipar.

2 - O impropriamente chamado totonegocio, em má hora chumbado pelo Plenário da Assembleia da Republica, criava um sistema razoável de financiamento, que permitiria superar alguns dos problemas já existentes. Não o quiseram aprovar nem a direita opositorista nem os comunistas. E não nos podemos esquecer que foi a direita no Governo que pactuou, durante anos, com o sistema desportivo financeiro hoje submetido à crítica e ao escrutínio público.

3 - A Administração Fiscal tem vindo a ser refrescada, reestruturada e reformulada. Mas novos graus de exigência se perspectivam. A execução da Reforma Fiscal nas suas diferentes componentes assim o impõe.

O que importa entender com clareza é que o aperfeiçoamento da máquina fiscal não se faz de um dia para o outro. A adopção de sistemas tecnológicos mais sofisticados que permitam maiores facilidades nas declarações e nas devoluções, maior eficácia nos controlos e verificações e maior eficiência nas cobranças são extremamente importantes. Como é a renovação, reciclagem e aperfeiçoamento do pessoal.

4 - Em qualquer caso, apenas na medida em que se verifiquem progressos não só na coordenação como na própria harmonização fiscal poderão vir a ser ultrapassados alguns problemas que têm a ver com a circulação de fluxos financeiros de origem duvidosa. Mas não bastará que

haja um entendimento no plano da União Europeia. É necessário que os esforços que se estão a desenvolver no seio da OCDE venham a chegar a resultados mais concretos porque poderão vincular não só os Estados Unidos da América e o Canadá, como os mais desenvolvidos países da Ásia - Pacífico para além dos Estados da União Europeia.

5 - É por isso que, neste contexto, se torna um pouco ridícula a forma como alguns sectores da direita política, empresarial e financeira abordaram publicamente a recente e moderadíssima alteração das regras do sigilo bancário.

Uma Reforma Fiscal não pode integrar apenas alterações das regras legais no sentido de uma maior justiça e equidade. Tem de integrar também um controlo mais eficaz e equilibrado dos fluxos financeiros, nomeadamente os que respeitam à circulação de verbas de origem fraudulenta ou lucros reais escamoteados ao fisco.

«Ao contrário do que por vezes se defende, com ignorância ou má-fé, a Constituição portuguesa não estabelece nenhum princípio de subsidiariedade da acção pública em relação à acção privada, nem em geral, nem em relação ao sector do ensino em particular»

Vital Moreira
Público, 20 de Fevereiro

«Tem tanto, ou menos, sentido exigir que o Estado sacrifique o ensino público a favor do financiamento do ensino privado como teria sacrificar o SNS a favor do financiamento da medicina privada»

Idem, ibidem

«Seria interessante que os críticos do alegado "estatismo" revelassem quanto é que o Estado gasta anualmente com o ensino particular (a começar pelas escolas da Igreja Católica»

Idem, ibidem

«Não passa de grosseiro equívoco, ou mistificação, o ataque lançado pelos grupos de interesse do ensino privado contra a nova lei do ensino superior»

Idem, ibidem

«A música é essencial à alfabetização cultural dos jovens nas escolas»

Alfredo Barroso
Expresso, 17 de Fevereiro

«A formação musical de base é tão importante como a formação cívica, a preparação científica e tecnológica, a prática desportiva e os hábitos de leitura. A música é, sem dúvida, um dos mais notáveis patrimónios da cultura ocidental. Daí que ela seja a principal aposta (em França) do "plano Lang"»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

